



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** GO000832/2023  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 18/12/2023  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR070487/2023  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 10162.202006/2023-15  
**DATA DO PROTOCOLO:** 13/12/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

**TERMOS ADITIVO(S) VINCULADO(S)**

Processo nº: e Registro nº:

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO CONSERV LIMP PUB E AMBIENT COL LIXO SIM EST GOIAS, CNPJ n. 02.851.939/0001-95, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MELQUISEDEQUE SANTOS DE SOUZA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA E TERCEIRIZACAO DE MAO-DE-OBRA DO ESTADO DE GOIAS - SEAC-GO, CNPJ n. 02.552.768/0001-01, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PAULO GONCALVES DA SILVA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **de todos os empregados das empresas de Asseio e Conservação e de Outros Serviços Terceirizados, exceto os empregados em empresas prestadoras de serviços de limpeza pública/urbana**, com abrangência territorial em **GO**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS****CLÁUSULA TERCEIRA - REMUNERAÇÃO**

A partir de 1º de janeiro de 2024, todas as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, terão um dispêndio com repercussão direta sobre os preços dos seus serviços a serem demonstrados através de Certidão de Demonstração de Pisos Salariais, cabendo ao Sindicato Patronal e Laboral conjuntamente a emissão de Certidão Salarial com a demonstração do dispêndio total para os pisos salariais e benefício alimentação assim praticados desde 01º de janeiro de 2023.

**Parágrafo Primeiro.** Dispêndio de 11,8260% (onze vírgula oito mil duzentos e sessenta por cento ) sobre o piso salarial vigente em 1º de janeiro de 2023 (R\$ 1.380,00), representado por 8,6956% (oito vírgula seis mil novecentos e cinquenta e seis por cento) de reajuste dos salários normativos e 3,1304% (três vírgula mil trezentos e quatro por cento) a título de reajuste do auxílio alimentação.

**Parágrafo Segundo.** O auxílio alimentação de que trata o caput desta cláusula, teve um aumento de R\$ 39,60 (trinta e nove reais e sessenta centavos) mensal, passando de R\$ 400,40 (quatrocentos reais e quarenta centavos) para o limite de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) por mês limitados a 22 (vinte e dois dias nas jornadas efetivamente trabalhadas acima de 06h (seis horas) diárias, e de R\$ 18,20 (dezoito reais e vinte centavos) para R\$ 20,00 (vinte reais) por dia trabalhado cuja a jornada seja acima de 06h (seis horas) inclusive os sábados trabalhados, observado o disposto na Cláusula Décima Terceira.

#### **I – Piso da Categoria: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)**

**Parágrafo Terceiro** – O reajuste de que trata o Parágrafo Primeiro da presente Cláusula será aplicado sobre os pisos salariais praticados em 1º de janeiro de 2023 ora previsto no Quarto Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024, registrada sob o nº GO000018/2023 em 10/01/2023, para as seguintes funções: Ajudante/Amarrador; Ajudante de Cozinheiro; Artífice de Limpeza Ambiental; Artífice de Limpeza de Ar Condicionado; Ascensorista; Assistente Técnico no Serviço Público (CBO 4110-10); Auxiliar de Jardinagem e equivalentes; Auxiliar de Lavanderia; Auxiliar de Limpeza; Auxiliar de Manutenção Predial; Auxiliar de Serviços Gerais; Auxiliar metrológico (CBO 3523-05); Banheirista; Camareira; Carregador/Chapa; Comim; Contínuo; Controlador de Estacionamento; Copeiro; Cozinheiro; Cozinheiro-Auxiliar; Dedetizador; Desratizador e equivalentes; Digitador; Eletricista; Empilhador; Encanador; Encarregado/Chefe de Turma/Supervisores e equivalentes até 50 funcionários; Encarregado de Equipe/Supervisores e equivalentes superior a 50 funcionários; Faxineiro; Faturista; Garagista e Assemelhados; Garçom; Jardineiro; Lavador de carro; Lavador de fachada em edifício acima 05 (cinco) pavimentos utilizando balancim; Limpador; Limpador de Banheiro; Manobrista; Marceneiro; Mecânico de Motor; Mensageiro; Office-Boy; Operador de Áudio e Vídeo (CBO 3731-45); Operador de Máquina Fotocopiadora; Operador de Empilhadeira; Pedreiro; Pintor; Porteiro; Recepcionista; Recepcionista Bilingue; Salgadeira; Secretária; Tratorista; Vigia; Zelador. As funções Assistente Técnico no Serviço Público nível II (CBO 2505-20); Motorista de carros leves; Operador de Máquinas Agrícolas – (CBO 6410-10); Recepcionista de Condomínio (juntamente com a função Porteiro); Trabalhador volante da agricultura- (CBO 620-20); Tratador de Animais – (CBO 6230-20) e Vaqueiro (CBO 6231-10) passará a ter piso salarial definido a partir da vigência desta CCT e integrará a Certidão de Demonstração de Pisos Salariais – CDPS.

**Parágrafo Quarto** – Caberá ao sindicato patronal (SEAC-Goiás) conjuntamente com o laboral (SEACONS) a emissão de Certidão de Demonstração de Pisos Salariais - CDPS com a amostragem dos valores apurados pela variação do reajuste de 8,6956% (oito vírgula seis mil novecentos e cinquenta e seis por cento) e valor do benefício alimentação a serem assim praticados a partir de 1º de janeiro de 2024, conforme previstos no caput e parágrafo primeiro desta Cláusula. A CDPS será emitida mediante comprovação de cumprimento do Parágrafo Terceiro da Cláusula Sexagésima Quinta desta CCT – Certidão de Regularidade Trabalhista.

**Parágrafo Quinto.** Para os empregados que exercerem a função de porteiro bilíngue, através de contratos terceirizados, estes farão jus a uma gratificação de 50% sobre o piso reajustado do porteiro em 01º de janeiro de 2024.

**Parágrafo Sexto.** Aos empregados que percebem valores superiores aos pisos que serão estabelecidos, bem como para as demais funções não constantes desta Cláusula, inclusive o pessoal de escritório/administração e burocráticos, que em 31 de dezembro de 2023 percebiam salários de até R\$ 2.577,42 (dois mil, quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos, aplica-se 8,6956% (oito vírgula seis mil novecentos e cinquenta e seis por cento) de reajuste salarial. Acima deste valor, o percentual de reajuste será objeto de livre negociação e concessão.

**Parágrafo Sétimo.** Em decorrência do reajuste ora previsto para as funções contidas na Cláusula Terceira Parágrafo Terceiro, ficam integralmente repostas todas as perdas salariais até dezembro/2023.

**Parágrafo Oitavo.** É facultado às empresas a compensação de todos os reajustes concedidos, sejam compulsórios, sejam os espontâneos, ocorridos desde a última negociação.

**Parágrafo Nono.** Aos empregados admitidos após 1º de janeiro de 2023, a correção salarial será proporcional ao número de meses trabalhados, observados os pisos salariais estipulados nesta cláusula.

**Parágrafo Décimo.** Os salários normativos hora das categorias representadas na presente CCT, será conhecido através do resultado da divisão por 220.

**Parágrafo Décimo Primeiro.** Não serão considerados dias úteis os sábados, pontos facultativos e feriados nos órgãos públicos e instituições bancárias, para fins de cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de trabalho.

**Parágrafo Décimo Segundo.** Para os serviços implantados a partir de 31/12/2008, deverá ser respeitado o piso de que trata a presente cláusula para jornada de até 44 horas semanais.

**Parágrafo Décimo Terceiro.** A jornada de trabalho do intérprete de libras poderá chegar até 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

## **PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

### **CLÁUSULA QUARTA - DEPÓSITO PAGAMENTO SALARIAL**

A todos trabalhadores da empresa, esta poderá optar por depositar o líquido de seu pagamento salarial através da rede bancária, via crédito em conta corrente, cujo recibo servirá de comprovante de quitação.

### **CLÁUSULA QUINTA - PRAZO PARA PAGAMENTO**

As empresas têm o prazo até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado para efetuarem o pagamento dos salários, exceto apenas para as situações comprovadas, registradas nos Parágrafos Terceiro e Quarto da Cláusula Sétima da presente Convenção Coletiva ou nos casos de endividamento de empregado que requerem pagamento de salário por cheque bancário.

**Parágrafo Único.** O não cumprimento do disposto no caput, ensejará multa constante na Cláusula Septuagésima Primeira desta CCT.

### **CLÁUSULA SEXTA - PRAZO PARA ACERTO**

Ao empregado demitido ou demissionário, a empresa fará o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação até no máximo dez dias contados a partir do término do contrato.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

As empresas colocarão à disposição de seus empregados, o comprovante de pagamento (contracheques, holerith ou cópia de recibo) discriminando detalhadamente os valores de salários de proventos do trabalho e respectivos descontos, até o dia 10 (dez) subsequente ao seu pagamento. Os comprovantes, poderão ser disponibilizados no local de trabalho do empregado, ou através de qualquer meio eletrônico, e-mail, sites, aplicativos de celular ou entrega em documento físico.

**Parágrafo Primeiro** - A data de recebimento, ou quitação no recibo de pagamento será posta de próprio punho do empregado.

**Parágrafo Segundo** - Fica facultado a empresa proceder o pagamento através de depósito em conta corrente do empregado, sem ônus para este, caso em que a empresa deverá indicar no contracheque, a data da disponibilidade do pagamento, sendo considerado como quitação automática do valor líquido discriminado, quando disponibilizado na rede bancária;

**Parágrafo Terceiro** - As empresas que acumularem duas ou mais faturas de seus serviços prestados a determinado cliente, sem a respectiva quitação, quando comprovadamente justificado aos Sindicatos Profissional e Patronal, e mediante autorização de ambos, simultaneamente, poderão pagar os salários de seus empregados, lotados respectivamente naquela contratante em débito, em duas parcelas, sendo a primeira parte de 50% (cinquenta por cento) do total bruto do salário paga até o 5<sup>o</sup> dia útil, e a complementação será quitada até o 22<sup>o</sup> (vigésimo segundo) dia do mês subsequente ao mês trabalhado;

**Parágrafo Quarto** - Quando do pagamento da fatura em atraso for devidamente corrigida pelo tomador de serviços (Lei 8.666 Art. 40, XIV, "c"; art. 55, III), aplicar-se-á o mesmo percentual nos valores salariais pagos em atraso, na devida proporção até a data do adimplemento.

a) Estando a empresa com crédito a receber acima de duas faturas em havendo pagamento de uma dessas faturas em atraso, a empresa deverá providenciar o pagamento restante dos salários em 48 (quarenta e oito) horas após o crédito em conta.

b) Em havendo uma fatura em atraso, a empresa deverá comunicar ao SEACONS no prazo de até 10 (dez) dias antes do segundo atraso para que o mesmo promova gestões para recebimento, junto aos clientes, buscando evitar o parcelamento a que se refere o Parágrafo Terceiro.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO**

### **CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO**

De forma opcional, fica facultado às empresas efetuarem o pagamento do 13º Salário (gratificação natalina) anualmente em um só tempo, até o dia 12 (doze) de dezembro, na proporção a que fizer jus o empregado, com a finalidade de compensar a fixação de aumento de multa de 10% para 20% em caso de descumprimento de Cláusula de Convenção Coletiva prevista na Cláusula Septuagésima Primeira desta CCT.

## ADICIONAL DE HORA-EXTRA

### CLÁUSULA NONA - HORAS EXTRAS

Fica estabelecido que serão remuneradas as horas extras, com 50% (cinquenta por cento) de acréscimo sobre a hora normal.

**Parágrafo Primeiro.** O cálculo da hora extra, já incluso o DSR, deverá ser destacado em separado na folha de pagamento e no holerith, o qual será efetivado pela divisão do salário mensal do trabalhador por 220, acrescentando-se ao resultado o percentual de 50%.

**Parágrafo Segundo.** As empresas deverão proceder o destaque em separado na folha de pagamento do DSR relativo às horas extras no percentual de 16,67% (dezesseis vírgula sessenta e sete por cento) do total apurado.

## ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

### CLÁUSULA DÉCIMA - INSALUBRIDADE EM BANHEIRO PÚBLICO E DE GRANDE CIRCULAÇÃO

Diante da inexistência de regulamentação específica por parte do Ministério do Trabalho e Emprego acerca dos critérios para definição de banheiros públicos de uso coletivo e de grande circulação, para atender o prescrito nos artigos 190 e 192 da CLT, considera-se para efeito de pagamento de insalubridade em grau máximo (40%) sobre o salário mínimo nacional:

**Parágrafo Primeiro.** Entende-se como banheiro público e de grande circulação aquele localizado em áreas que não possuam qualquer tipo de controle de acesso e/ou não sejam de propriedade particular. Para os demais estabelecimentos e funções que lidam com agentes biológicos e insalubres, as partes estabelecem que a aferição acerca da existência de agente insalubre no trabalho, bem como o grau incidente será apurada através de PGR e LTCAT, emitido por engenheiro de segurança do trabalho. Na ausência dos mencionados laudos/estudos, a aferição da existência de agente insalubre no trabalho, bem como o grau incidente será apurada via perícia judicial cujo custo será arcado pela parte sucumbente.

**Parágrafo Segundo.** Esta disposição não abrange as demais hipóteses de incidência do adicional de insalubridade descritas em normas regulamentadoras.

**Parágrafo Terceiro.** As partes ajustam que os adicionais de insalubridade e periculosidade não são cumulativos e, quando as condições de labor forem insalubres e perigosas simultaneamente, aplicar-se-á o adicional mais vantajoso ao trabalhador, somente enquanto perdurar a condição ensejadora do adicional, conforme parágrafo 2º do artigo 193 da CLT. Bem como deixa de ser devido pela empregadora ao empregado, caso a Súmula 448, II, do TST seja cancelada ou declarada inconstitucional.

**Parágrafo Quarto.** O manuseio do lixo domiciliar, assim considerado proveniente de condomínios residenciais, acondicionados em sacos descartados pelos moradores, quando retirado pelo empregado para o local apropriado de condicionamento, não se equipara aos termos de que trata a NR-38, por não se tratar de coleta de limpeza urbana, em razão que o lixo residencial se difere do lixo urbano que é coletado em diversos locais da cidade num volume bastante intenso e possui materiais de todos os tipos, enquanto o residencial é proveniente de um só local e de pequeno volume.

**Parágrafo Quinto** - Para os condomínios residenciais estes não se enquadram como insalubres.

## **ADICIONAL DE PERICULOSIDADE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PERICULOSIDADE**

Aos empregados em serviços nos locais perigosos, será devido o adicional de periculosidade, desde que este não seja cumulativo com o adicional de insalubridade. O adicional de periculosidade, quando houver, será calculado e definido, exclusivamente, na forma estabelecida nos artigos 193 e 195, ambos da CLT.

## **PRÊMIOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PREMIAÇÃO POR POSTO DE SERVIÇOS**

Quando o tomador do serviço, através de exigência sua ou de negociação com a empresa prestadora, vier a estabelecer remuneração superior ao salário normativo de que trata a Cláusula Terceira e Parágrafos da presente CCT, para alguma das funções ali citadas, cujos valores serão descritos na Certidão de Demonstração de Pisos Salariais – CDPS, esta se dará através de premiação específica e vinculada àquele posto de serviço.

**Parágrafo Primeiro.** A CTPS será assinada com o salário normativo, ficando a diferença a ser paga em folha, como premiação de posto de serviço (PPS).

**Parágrafo Segundo.** O trabalhador que, por qualquer motivo deixar de laborar no posto de serviço, de que trata sua premiação, não mais fará jus ao recebimento da mesma, já que referida premiação não está vinculada ao trabalhador mas tão somente ao posto de serviço.

**Parágrafo Terceiro.** Nos termos do art. 611-A c/c art. 457, §§ 4º e 22 da Consolidação das Leis do Trabalho, os prêmios assim considerados as liberalidades concedidas pelo empregador, em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro, poderão ser pagos de forma mensal, mantida a sua condição de parcela que não integra a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário, conforme § 3º do mesmo art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho.

## **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

A partir de 01º de janeiro de 2024, o auxílio alimentação de que trata a Cláusula Terceira Caput e Parágrafos Primeiro e Segundo desta CCT passará de R\$ 18,20 (dezoito reais e vinte centavos) para R\$ 20,00 (vinte reais), para qualquer dia trabalhado cuja a jornada seja acima de 06h (seis horas) inclusive aos sábados, e somente será devido nos dias efetivamente trabalhados.

**Parágrafo Primeiro.** Fica facultado às empresas que aderirem ao PAT, o pagamento do Auxílio Alimentação, em tíquete alimentação ou tíquete refeição exclusivamente em vales ou cartão magnético, ou a refeição propriamente dita entregues em refeitório que atendam as exigências do atual Ministério da Economia, vedado a entrega de marmitas ou marmitex, pagos por dia trabalhado no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) podendo ser estendido até 24 (vinte e quatro) dias no mês em jornadas superiores a 06 (seis) horas diárias, a ser pago ou entregue no 25º (vigésimo quinto) dia do mês subsequente.

**Parágrafo Segundo.** As empresas terão o direito de descontar dos empregados, em seus contracheques mensais, o correspondente a 11% (onze por cento) do valor total do auxílio concedido no mês de competência.

**Parágrafo Terceiro.** Ante a inabitualidade de seu pagamento, face à sujeição ao adimplemento de condições para a sua concessão, o Auxílio Alimentação, diárias para viagem, ou qualquer ajuda de custo ainda que habitual em nenhuma hipótese integrará o salário contratual, não se computando nas férias, 13º salário, horas extras, gratificações, adicionais, e outros prêmios pagos pelo empregador, inclusive nas verbas rescisórias.

## AUXÍLIO TRANSPORTE

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - TRANSPORTE DE TRABALHADORES

As empresas concederão aos seus empregados na forma da Legislação vigente, os vales-transportes necessários para sua locomoção de ida e volta ao local de trabalho, de acordo com os dias trabalhados, que lhes serão entregues, obrigatoriamente, até o 25º (vigésimo quinto) dia de cada mês.

**Parágrafo Primeiro.** Possuindo a empresa transporte alternativo, desde que regular e eficiente, poderá o empregador optar por sua utilização, tornando-se desnecessário a concessão de vale-transporte.

**Parágrafo Segundo.** O fornecimento do benefício está condicionado à declaração escrita firmada pelo empregado, onde conste o endereço residencial, trajeto e meio utilizado.

**Parágrafo Terceiro.** A declaração falsa ou uso indevido do vale- transporte constituem falta grave.

**Parágrafo Quarto.** As empresas deverão promover o recadastramento de todos os trabalhadores, no prazo máximo de 90 dias a contar da data de Registro desta CCT na SRTE/GO.

**Parágrafo Quinto** - O Vale-Transporte será custeado pelo empregado, na parcela equivalente a 6% (seis por cento) de seus salários básicos, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens.

**Parágrafo Sexto.** Mesmo quando a ajuda para os deslocamentos dos empregados se der em espécie, a empresa poderá deduzir o percentual legal, sendo que os valores recebidos pelo empregado não integrarão os salários, para quaisquer efeitos legais, porque constituem-se em reembolso de despesas de deslocamentos e acessórios, indispensáveis à prestação dos serviços e não contraprestação (art., 458, § 2º, da CLT), e também porque destinam-se ao cumprimento da finalidade da Lei, a qual prevê a não integração (alíneas “a” e “b” do artigo 2º da Lei 7418/85), mas apenas ajuda do empregador para o empregado nas suas passagens de ônibus. Ademais, a

própria jurisprudência do TST entende que "o recebimento da verba em pecúnia não modifica sua natureza indenizatória" (TST-RR-745/2003-421-02-00).

**Parágrafo Sétimo** - Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/ trabalho.

**Parágrafo Oitavo** - Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

**Parágrafo Nono** - No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

**Parágrafo Décimo**- No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver os vales transporte proporcional aos dias de trabalho ao período, sob pena de desconto na rescisão do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TRANSPORTE DE RESERVAS**

As empresas assegurarão transportes gratuitos aos empregados para deslocamento em serviços, quando não tiver ponto fixo ou estiver em equipe de reserva, ressalvada a hipótese de escala previamente comunicado por escrito ao empregado, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

### **AUXÍLIO SAÚDE**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PLANO DE SAÚDE**

Fica facultado as empresas o oferecimento de plano de saúde médico para seus empregados, desde que haja plano de saúde que seja compatível com os requisitos dispostos nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

**Parágrafo Primeiro** - Os contratos de plano de saúde deverão obedecer os percentuais de descontos firmados nos Parágrafos Segundo e Terceiro desta cláusula como limite, sendo que valores oriundos de coparticipação devidos pelo empregado não poderão ser incluídos na fatura para o desconto em folha de pagamento no salário do empregado.

**Parágrafo Segundo** - A adesão ao Plano de Saúde Médico é facultativa mediante prévia e expressa adesão e autorização de desconto, sendo que o empregado que aderir ao plano estipulado, deverá custear cada um no limite máximo de 9% (nove por cento) do piso salarial da categoria, descontado mensalmente.

**Parágrafo Terceiro** - Havendo interesse do empregado na inclusão de seus dependentes, o custo da inclusão se dará por conta exclusiva do empregado, que pagará o mesmo percentual de até 9% (nove por cento) do piso salarial da categoria, nos termos do Parágrafo Segundo, por cada inclusão efetivada.

**Parágrafo Quarto.** Fica a liberalidade da empresa a aceitação ou não dos termos contratuais impostos pela Operadora de Saúde, que contrarie o disposto em Convenção Coletiva de Trabalho.

**Parágrafo Quinto** - O valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, próteses, órteses, despesas médico-hospitalares e outras similares, mesmo quando concedido em diferentes modalidades de planos e coberturas, não integram o salário do empregado para qualquer efeito nem o salário de contribuição.

**Parágrafo Sexto** - Aos empregados que estiverem às expensas do INSS, por auxílio doença ou por auxílio acidente, lhes ficam garantidos o benefício do plano de saúde, observando para tanto as condições estabelecidas pela empresa conveniada, inclusive quanto a existência de carência sob as condições oferecidas, continuando os empregados a contribuir mensalmente com o valor estipulado do referido plano, pagando diretamente a firma/operadora do plano de saúde ou diretamente ao seu respectivo empregador, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente, sob pena de não o fazendo ficar caracterizada a inadimplência, concorrendo assim para a perda do plano de saúde.

## SEGURO DE VIDA

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO COM ASSISTÊNCIA FUNERAL E AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Por esta cláusula fica convencionado que as empresas contratarão Seguro de Vida, Assistência Funeral e Auxílio Alimentação em favor de todos os seus empregados, nos termos do convênio e da apólice de seguro estipulada pelo SEAC-GOIÁS – Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de Mão de Obra do Estado de Goiás, emitida pela seguradora **Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A** ou outra que vier a substituí-la, a critério do **SEAC-GO**.

**Parágrafo Primeiro** – Para o pagamento do seguro ora estipulado, as empresas poderão descontar mensalmente, em folha de pagamento, até o limite de **R\$ 2,54 (dois reais e cinquenta e quatro centavos)** do empregado, que será repassado a Seguradora, sendo que a diferença a maior será custeado integralmente pelas empresas, conforme contrato firmado com a seguradora.

**Parágrafo Segundo** - Havendo aumento do seguro de vida com assistência funeral e auxílio alimentação, no decorrer da vigência desta Convenção, pela mesma seguradora e não sendo conveniente a substituição da mesma, o acréscimo será suportado proporcionalmente pelas respectivas empresas e seus trabalhadores.

**Parágrafo Terceiro** - As empresas poderão optar por outra apólice de seguro de vida para seus trabalhadores, caso o SEAC-GO venha decidir por outra seguradora, permanecendo, porém, em ambos casos, inalterado o valor do desconto do empregado para este fim.

**Parágrafo Quarto** - Fica assegurada cobertura nas 24 horas do dia, dentro e fora do trabalho, considerando incluídas indenizações por morte natural e acidental pelos valores e condições abaixo:

4.1 - Em caso de Morte Natural ou Acidental do Empregado(a) a indenização será de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)** a serem pago após a entrega de todos os documentos comprobatórios junto à seguradora, pelos beneficiários do seguro.

4.1.1 – Assistência Funeral: O conjunto dos serviços e itens garantidos estará limitado ao valor máximo de despesas de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**.

4.1.2 – Os serviços de assistência funeral serão prestados exclusivamente mediante o acionamento da central de atendimento a assistência 24 horas (**0800 730 0011**), um membro da família ou porta voz, deverá comunicar o falecimento do segurado (a) de imediato para que seja providenciado tudo que for necessário para a execução do funeral de acordo com o padrão de serviço contratado (o conjunto dos serviços está devidamente descritos no contrato de seguro).

4.1.3 – No caso da não utilização dos serviços será reembolsado na conta bancária do(a) beneficiário(a) e/ou a pessoa que se apresentar como responsável pelo velório e sepultamento, mediante apresentação dos documentos solicitados pela seguradora e de notas fiscais comprobatórias, no valor máximo de até **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**.

4.2. - Auxílio Alimentação: Em caso de morte do empregado titular, fica estipulado o pagamento de **R\$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais)** equivalente a 06 (seis) parcelas de despesas com alimentação de **R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais)** cada, aos beneficiários do seguro conforme subitens beneficiários.

4.2.1 – Beneficiários: São as pessoas ou a pessoa expressamente designada(s) pelo Segurado, a quem deve ser paga a indenização do seguro em caso de morte daquele.

4.2.2 – O Segurado poderá indicar livremente seus Beneficiários, ressalvadas as restrições legais, devendo fazê-lo por escrito e/ou através de formulário próprio da Seguradora.

4.2.3 – Na ausência de indicação, os beneficiários serão os definidos nos Artigos 792 e 793 do Código Civil Brasileiro, transcritos a seguir:

“Art. 792 – Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem de vocação hereditária.

Parágrafo Único – Na falta das pessoas indicadas neste artigo, serão beneficiários os que provarem que a Morte do Segurado os privou dos meios necessários à subsistência.

“Art. 793 – É válida a instituição do companheiro como beneficiário, se ao tempo do contrato o Segurado era separado judicialmente, ou já se encontrava separado de fato.”

4.2.4 – O Segurado poderá, a qualquer tempo, alterar a indicação de Beneficiários mediante manifestação por escrito perante a Seguradora, para a qual valerá sempre a última comunicação recebida, nos termos do artigo 791 do Código Civil.

4.3 – Em caso de Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, a indenização ao segurado será de até **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**.

4.3.1 – Se a Invalidez for Parcial, a indenização será calculada tomando-se por base a tabela para cálculo de indenização da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados e Capitalização.

**Parágrafo Quinto** - Fica convencionado que as comunicações de eventos e atendimentos aos empregados e seus familiares, deverão obrigatoriamente ser feitas às suas empresas empregadoras.

**Parágrafo Sexto** - Ocorrendo eventos que gerariam o direito ao recebimento de indenização, sem prejuízo das demais sanções legais as empresas que não cumprirem na íntegra a presente cláusula, indenizarão diretamente o trabalhador ou os seus dependentes com importância em dinheiro equivalente ao triplo das aqui previstas, na data dos benefícios gerados, sem contudo deixar de cumprir com suas obrigações pecuniárias junto a Seguradora.

**Parágrafo Sétimo** - A fiscalização do cumprimento desta cláusula cabe às entidades sindicais que firmam esta norma coletiva, sendo obrigatório as empresas enviarem mensalmente ao SEAC/SEACONS as respectivas apólices de seguro, acompanhado do comprovante de pagamento.

**Parágrafo Oitavo** - Para retirada de Certificados de Regularidade e outros serviços solicitados aos sindicatos, às empresas deverão apresentar comprovante do Seguro contratado para o mês correspondente e devidamente quitado na forma desta Convenção.

8.1 – As empresas terão o prazo de 30 dias a contar do registro da presente Convenção Coletiva de Trabalho na SRTE/GO, para aderir a apólice estipulada pelo SEAC/GO, ou enviar aos

sindicatos, cópia da apólice que garanta este benefício aos trabalhadores na qual deve ser parte integrante de suas condições especiais a íntegra da presente cláusula de seguro de Vida em Grupo com assistência funeral e auxílio alimentação.”

**Parágrafo Nono** – Nos casos de acidente de trabalho com empregado da categoria, será aplicado exclusivamente a responsabilidade subjetiva à empresa, nos termos do art. 7º, XXVII da CF/88. Na ocorrência de qualquer fato ensejador de indenização ao empregado, seja de que natureza for, a indenização do seguro previsto nesta Cláusula, será compensado nos valores indenizatórios arbitrados em juízo.

**Parágrafo Décimo** – Na hipótese de descumprimento desta cláusula, consoante ao que dispõe a Cláusula Septuagésima Primeira, a fiscalização do cumprimento desta cláusula caberá o sindicato laboral SEACONS, sendo atribuído legitimidade para pleitear o pagamento deste benefício judicial ou extrajudicialmente.

## OUTROS AUXÍLIOS

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO APOIO, AUXÍLIOS E SERVIÇOS AOS TRABALHADORES

As empresas concederão Apoio, auxílios e serviços, em favor de todos os seus empregados, nos termos desta cláusula e de acordo com relação de benefícios e serviços, cursos e treinamentos, definida e aprovada pelo instituto IAFAS - Instituto de Apoio aos Funcionários Ativos do Setor de Terceirização de Mão de Obra.

**Parágrafo Primeiro.** As empresas recolherão compulsoriamente à entidade gestora especializada IAFAS, o valor de R\$ 16,00 (dezesesseis reais) por trabalhador que possua registrado, a título de contribuição do apoio, auxílios e serviços ao trabalhador previsto no caput desta Cláusula, até o dia 25º (vigésimo quinto) de cada mês, por meio de boleto disponibilizado somente pela gestora especializada IAFAS.

**Parágrafo Segundo.** O custeio do apoio/auxílios/serviços será de responsabilidade integral das empresas, e a gestão exclusivamente através do Instituto IAFAS, ficando vedado qualquer desconto no salário do empregado.

**Parágrafo Terceiro.** Estará a disposição dos trabalhadores do segmento, a utilização da farmácia IAFAS, localizada na Rua dos Bombeiros n.95, Quadra 250, Lote 09, Setor Parque Amazônia, CEP 74.835-210, na Cidade de Goiânia, com atuação no Estado de Goiás, através de aquisição de medicamentos via aplicativo IAFAS e que poderá ser realizada entrega desses medicamentos em domicílio ou posto de serviço do empregado, desde que cumprido os requisitos estabelecidos na presente cláusula pela empresa a ele vinculada.

**Parágrafo Quarto.** A critério das entidades convenientes e sob a chancela do Ministério do Trabalho e Emprego através da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás, poderá ser instituído, gerido e administrado pelo IAFAS, SESMT Comum/Compartilhado.

**Parágrafo Quinto.** É de responsabilidade da empresa, o envio a Gestora especializada IAFAS, de toda documentação necessária para a viabilidade do apoio/auxílios/serviços, bem como atualização de dados no sistema e envio do eSocial/SEFIP ou outro instrumento substituto do mês anterior ao vencimento do boleto ou o último declarado ao MTE, acompanhado da listagem de todos os empregados da empresa com a

discriminação territorial do serviço de cada colaborador, devendo também informar a listagem dos admitidos e desligados.

**Parágrafo Sexto.** Ocorrendo eventos que gerará o direito ao recebimento de benefício pelo empregado, a empresa deverá comunicar formalmente, acompanhado da documentação comprobatória do evento, a gestora especializada IAFAS no prazo máximo de 10 (dez) dias da ocorrência.

**Parágrafo Sétimo.** Visando o cumprimento das normas de proteção ao trabalhador, deverá constar a rubrica do Apoio, auxílios e serviços ao trabalhador, nas planilhas de custos e formação de preços em licitações públicas, em observância ao que dispõe o art. 444 da CLT.

**Parágrafo Oitavo.** Em quaisquer casos de afastamento do empregado será devido o recolhimento do valor do disposto nessa cláusula se constante seu nome em folha de pagamento, e-Social/SEFIP ou qualquer documento oficial comprobatório do mês correspondente. Haja vista que ao trabalhador é devido o benefício que o mesmo comprovar direito de obtê-lo em qualquer período contratual celetista.

**Parágrafo Nono.** Ocorrendo eventos que gerariam o direito ao recebimento de apoio/auxílio/serviços ofertados pelo Instituto IAFAS sem prejuízo das demais sanções legais, as empresas que não cumprirem na íntegra a presente cláusula, indenizarão diretamente ao trabalhador com importância em dinheiro equivalente ao valor do benefício mais um piso da categoria, sem contudo deixar de cumprir com suas obrigações pecuniárias junto ao IAFAS.

**Parágrafo Décimo.** Para retirada de Certificado de Regularidade que trata a Cláusula Sexagésima Quinta da Convenção Coletiva de Trabalho em vigor, e recebimento de Termo de Quitação Anual disposto na Cláusula Vígésima Terceira da referida Convenção, e outros serviços solicitados aos sindicatos, às empresas deverão apresentar comprovantes dos pagamentos mensais ao IAFAS dos meses correspondentes e quitados a partir da competência março/2017 na forma Convenção, ou apresentação de Certidão de Quitações fornecida pelo Instituto, se for o caso, acompanhado da GFIP para recolhimento do FGTS do mês correspondente também se for o caso.

**Parágrafo Décimo Primeiro.** O Apoio/Auxílios/serviços disponibilizado ao trabalhador, não possui natureza salarial, tendo caráter compulsório e eminentemente assistencial. Em nenhuma hipótese integrará o salário contratual, não se computando nas férias, 13º salário, horas extras, gratificações, adicionais e outros prêmios/verbas pagos pelo empregador, inclusive nas verbas rescisórias.

**Parágrafo Décimo Segundo.** A empresa deverá observar na sua integralidade, em todos os seus termos a presente cláusula, sob pena de pagamento de multa por descumprimento, correspondente ao previsto no parágrafo nono da presente cláusula, a ser pago por cada funcionário, a título de danos materiais por cada mês que o benefício não der a devida cobertura, conforme ora convenicionado, sendo que do montante apurado, cinquenta por cento (50%) da multa será paga diretamente ao sindicato obreiro e o outros cinquenta por cento (50%) se dará em cesta básica para os empregados da empresa contratante em situação de regularidade perante o Instituto.

**Parágrafo Décimo Terceiro.** Aplica-se a responsabilidade civil, aquele que por negligência, imprudência ou imperícia descumprir a presente cláusula, nos termos da legislação.

**Parágrafo Décimo Quarto.** Na hipótese de descumprimento de cláusula, consoante ao que dispõe a Cláusula Septuagésima Primeira da CCT em vigor, a fiscalização do cumprimento desta cláusula caberá ao

IAFAS e ao Sindicato Laboral SEACONS, sendo atribuído a estes a legitimidade para pleitear o pagamento deste benefício judicial ou extrajudicialmente.

**Parágrafo Décimo Quinto.** Em se tratando de Acordos Judiciais e Extrajudiciais, esses somente poderão ser firmados mediante a apresentação prévia de Certidão de Regularidade do IAFAS como condição essencial de sua validade.

## EMPRÉSTIMOS

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Às empresas ficam obrigadas a proceder o desconto de empréstimo consignado em folha de pagamento dos trabalhadores que autorizarem prévia e expressamente, observado o parágrafo segundo desta cláusula, conforme convênio firmado pelo sindicato Laboral, desde que em documento válido para tal, conforme prevê a legislação em vigor, Lei 13.172 de 21/10/2015 que altera a Lei nº 10.820 de 17/12/2003, e Decreto nº 4.840/2003, devendo o repasse ser feito para a instituição financeira até o máximo do décimo dia de cada mês.

**Parágrafo Primeiro.** As empresas não serão responsabilizadas por futuro descontos aos empregados que, rescindindo o contrato de trabalho, deixarem despesas pendentes pelos serviços empréstimos consignados contratados e observado o limite de 35% (trinta e cinco por cento) de desconto, sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito. Da mesma forma, as mesmas empresas não serão comprometidas ao pagamento desses empréstimos consignados, haja vista que os descontos salariais possuem a mesma natureza que os adiantamentos de salários.

**Parágrafo Segundo.** As empresas se obrigam a observarem o grau de endividamento do empregado, antes da consolidação do limite do empréstimo consignado, referente a parcela mensal que será comprometida.

## CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DISPENSA POR JUSTA CAUSA

Ao empregado dispensado por justa causa, a empresa fornecerá carta de aviso alegando os motivos. O empregado acusará o recebimento da cópia sem a necessária confissão da culpa. Se não aceitar, a carta de dispensa será assinada por testemunha(s).

**Parágrafo Único.** O mesmo procedimento será adotado quanto ao recebimento de cartas de advertências e suspensões.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - HOMOLOGAÇÃO E QUITAÇÃO DE RESCISÃO

As rescisões contratuais de empregados que tenham mais de 1 (um) ano de trabalho na empresa, serão homologados obrigatoriamente na entidade laboral conveniente – SEACONS e no ato da homologação a empresa deverá apresentar todos os documentos previstos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e nesta CCT.

**Parágrafo Primeiro.** As verbas rescisórias homologadas conforme disposto na presente Cláusula, sobre as quais não houve ressalvas específicas, entender-se-ão quitadas de forma plena, rasa e geral, nos termos do Enunciado 330 do TST.

**Parágrafo Segundo.** A empresa que optar por depositar as verbas rescisórias na conta corrente ou conta salário do trabalhador, fica obrigada a proceder à homologação prevista no caput desta cláusula, em no máximo 10 (dez) dias após o respectivo depósito. Após o prazo máximo estipulado neste parágrafo, aplica-se a Cláusula Septuagésima Primeira desta CCT.

**Parágrafo Terceiro.** A critério da empresa e mediante agendamento prévio, a obrigatoriedade homologatória prevista na presente Cláusula poderá ser realizada através do meio virtual a ser disponibilizado pela entidade obreira SEACONS.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - TAXA DE SERVIÇOS

Em caso de solicitações de serviços, a parte solicitante deverá arcar com os custos, conforme tabela abaixo:

Homologação -----	R\$ 330,00 por empregado.
Termo de quitação anual-----	R\$ 330,00 por empregado.
Esclarecimento de dúvidas trabalhistas-----	R\$ 275,00 por dúvida.
Certidões GPS -----	R\$ 440,00 por certidão.
Certidões de Regularidade-----	R\$ 1.100,00 por certidão.

**Parágrafo Primeiro.** Fica estabelecido que o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos empregados e empregadores, podendo ser firmados perante o sindicato dos empregados da categoria, com a anuência do Sindicato Patronal.

**Parágrafo Segundo.** O Termo de quitação anual somente será emitido após o envio de toda documentação comprobatória das verbas que se pretende quitar e discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

**Parágrafo Terceiro.** As certidões GPS e as certidões de regularidade somente serão emitidas após o envio de toda documentação comprobatória, inclusive a documentação constante da Cláusula Sexagésima Quinta, Parágrafo Terceiro desta CCT.

**Parágrafo Quarto.** Fica vedado o desconto de qualquer valor do empregado.

**Parágrafo Quinto.** Ficam dispensadas da obrigatoriedade pecuniária as empresas que apresentarem a entidade laboral conveniente Certidão de Regularidade Trabalhista, a ser emitida pelo Sindicato Patronal, consoante Cláusula Sexagésima Quinta – Parágrafo Terceiro, acompanhada de Certidão de Regularidade perante o IAFAS (Instituto de Apoio aos Funcionários Ativos do Setor de Terceirização de Mão de Obra).

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL**

Fica estabelecido que o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos empregados e empregadores, podendo ser firmados perante o sindicato dos empregados da categoria, com a anuência do Sindicato Patronal, podendo ser atribuído taxa pelos serviços prestados, sendo obrigatório a presença do empregado.

**Parágrafo Único.** O termo previsto no caput desta cláusula discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

### **AVISO PRÉVIO**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - AVISO PRÉVIO**

Fica autorizado às empresas, tornar sem efeito o aviso prévio de comum acordo com o trabalhador, nas hipóteses de renovação do contrato de prestação de serviço da empresa com o Tomador de Serviço ou de advento de novo contrato.

**Parágrafo Único.** Essa medida visa manter o trabalhador no emprego, com todas as garantias Celetistas e Constitucionais vigentes, mantendo o contrato de trabalho original da mesma forma como fora celebrado, em perfeita harmonia à exegese do artigo 489 da CLT.

### **CONTRATO A TEMPO PARCIAL**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - REGIME EM TEMPO PARCIAL**

Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a 30 horas semanais, sem à possibilidade de horas suplementares semanais (extras), ou ainda, aquele cuja duração não exceda à 26 horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até 06 horas suplementares semanais (extras).

**Parágrafo Primeiro.** Deverá ser observado pelas empresas as disposições contidas no artigo 58-A da CLT, que regulamenta o regime em tempo parcial, sendo que não se aplica o Parágrafo Décimo Segundo da Cláusula Terceira desta Convenção, nos contratos regidos por este artigo.

**Parágrafo Segundo.** As empresas poderão, a seu critério, recontratar funcionários que trabalhavam em regime de tempo parcial, conforme previsão no art.58-A, para trabalhar como funcionário mensalista, imediatamente após o término do primeiro vínculo empregatício, desde que

realizado o respectivo acerto rescisório, pagamento das verbas devidas e homologação no sindicato laboral em caso de empregados com mais de um ano de empresa.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - REGIME DE CONTRATO INTERMITENTE - CONVOCAÇÃO**

Nos contratos em regime intermitente, poderá haver a convocação do empregado em até 04h (quatro horas) antes da prestação do serviço, ficando livre o empregado de qualquer penalidade em caso de recusa.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES NORMAS DISCIPLINARES**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS NOS POSTOS DE SERVIÇOS**

Fica vedado ao trabalhador que exerça suas atividades fora do local da sede, filial ou escritório de representação da empresa, o recebimento de Notificação, Aviso de Recebimento, Auto de Infração e Correspondências diversas que esteja endereçada à empresa empregadora. No caso de desobediência e por colocar em risco os interesses da empresa, o empregado faltoso poderá ser punido com falta grave e até demissão por justa causa, dependendo da gravidade do caso.

## **POLÍTICAS DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - INCENTIVO À CONTINUIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO**

Considerando a tipicidade da atividade de terceirização de serviços e a necessidade de prever para os trabalhadores maior segurança no emprego, e para isso incentivar as empresas para efetivamente participarem desse intento, fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço em razão de nova licitação pública ou novo contrato poderão contratar os empregados da anterior, sem descontinuidade da prestação dos serviços, sendo que nesse caso a rescisão SERÁ POR ACORDO e obrigará ao pagamento do percentual de 20% (vinte por cento) sobre os depósitos do FGTS e pagamento de metade do aviso prévio, se indenizado. Caso o aviso prévio seja trabalhado, deverá ser observado os termos da Lei 12.506/2011. Em relação às demais verbas rescisórias não haverá alteração. A utilização ou não desta cláusula, é faculdade da empresa sucedida e do empregado em conjunto.

**Parágrafo Primeiro** - Havendo real impossibilidade da continuação do trabalhador nos serviços, devidamente justificado pela empresa ou pelo empregado, o empregado terá direito à indenização no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre os depósitos do FGTS e os demais direitos previstos em Lei, inclusive o art. 477 da CLT, devendo neste caso ser observado a obrigação do recolhimento da respectiva contribuição social.

**Parágrafo Segundo** - Quando a empresa entregar os avisos prévios aos seus empregados em razão da proximidade do término do contrato de prestação de serviço e por qualquer motivo der continuidade ao contrato caberá ao respectivo empregador fazer a retratação, em razão da manutenção do emprego.

**Parágrafo Terceiro** - No encerramento do contrato entre o empregador e o tomador de serviço, persistindo pendências de homologações de rescisões contratuais, poderá a empresa vencedora do contrato de prestação de serviços efetuar a assinatura do novo contrato de trabalho na CTPS do trabalhador reaproveitado, independentemente da devida baixa do contrato anterior.

**Parágrafo Quarto.** Esta cláusula somente poderá ser utilizada de forma integral, não podendo as partes utiliza-la de forma parcial de acordo com a própria conveniência.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DO TRINTÍDIO**

As empresas que demitirem os empregados, em razão de perda de contrato e/ou redução de postos de serviços, desde que seja devidamente comprovados as entidades sindicais laboral e patronal, em até 10 (dez) dias após o encerramento e/ou redução do contrato de prestação de serviços, ficarão isentas do pagamento do trintídio que antecede a data base, nos termos do artigo 9º da Lei nº 7.238/84.

**Parágrafo Único.** Para fazer jus a aplicação desta cláusula, a empresa deverá comprovar junto ao SEACONS, as quitações das obrigações trabalhistas e da CCT.

## **ESTABILIDADE GERAL**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DISPENSA DE ESTABILIDADE**

Durante o período de estabilidade, previstos nas Cláusulas Trigésima Segunda e Quinquagésima Quarta da presente Convenção, e as demais previstas em Lei, o empregado poderá abrir mão da mesma, total ou parcialmente desde que o instrumento de desistência seja elaborado com a assistência do Sindicato Laboral.

## **ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ALTA PREVIDENCIÁRIA**

É obrigatório ao empregado que receber alta previdenciária apresentar-se a empresa no dia útil imediatamente subsequente a alta, recebendo protocolo de apresentação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada, podendo ser caracterizado o abandono de emprego a ausência injustificada superior a 30 (trinta) dias (Súmula 32 do TST).

**Parágrafo Primeiro.** Caso o empregado tenha ingressado com recurso contra a alta previdenciária, deverá comunicar a empresa via e-mail, carta registrada, através de terceiros ou pessoalmente, mediante comprovante com cópia para ambas as partes, também no dia útil imediatamente subsequente a alta, que fornecerá contra recibo da referida comunicação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada, podendo ser caracterizado o abandono de emprego a ausência injustificada superior a 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Segundo** - Caso o empregado tenha sido considerado apto ao trabalho pelo INSS, todavia, não concorde com a decisão, siga com a interposição de recurso/ação em face do INSS e não labore, deverá declarar expressamente a empresa de próprio punho ou por outro meio esta condição, eximindo-a do pagamento dos respectivos salários e demais consectários durante este período.

**Parágrafo Terceiro** - Quando a empresa efetuar o encaminhamento previdenciário esta deverá cientificar o empregado do conteúdo da presente cláusula.

## **ESTABILIDADE APOSENTADORIA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ESTABILIDADE AO APOSENTADO**

É assegurado aos empregados estabilidade provisória durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao tempo mínimo necessário para a aquisição do direito à aposentadoria por tempo de serviço e/ou idade, devidamente comprovado, desde que o empregado interessado se manifeste por escrito com a prova do tempo de serviço por extrato emitido pelo INSS, e, que o mesmo pertença aos quadros de empregados da empresa a pelo menos 3 (três) anos.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - EMPREGADO SUBSTITUTO**

Fica assegurado ao empregado em substituição a outro, salário igual ao percebido pelo substituído, sem as vantagens pessoais, desde que a substituição não seja eventual.

**Parágrafo Único.** Considera não eventual para o disposto no caput da cláusula, o período superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - EMPREGADO ESTUDANTE**

Concede-se licença não remunerada nos dias de prova ao empregado estudante, desde que avisado o patrão com 72 (setenta e duas) horas de antecedência e mediante comprovação.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - SESMT COLETIVO/ COMPARTILHADO**

Na forma das normas legais atuais ou outra que vier a substituí-la, as empresas, o sindicato patronal ou sua respectiva Associação IAFAS - Instituto de Apoio aos Funcionários Ativos do Setor de Terceirização de Mão de Obra, poderão formar SESMT Coletivo/Compartilhado, ou ainda poderão os empregados serem assistidos no SESMT do contratante.

**Parágrafo Único.** A instituição, valores, dentre outros requisitos necessários ao funcionamento do SESMT Coletivo/Compartilhado pelo Instituto IAFAS será definido em instrumento normativo

próprio, seguindo todos os trâmites dispostos em lei e na Norma Regulamentadora nº.4 com as alterações trazidas pela Portaria MTP nº. 2.318 de 03/08/2022, ou outra que vier a substituí-la, tendo como objetivo a promoção da saúde e da integridade do trabalhador da categoria nos seus locais de trabalho.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - INCENTIVO AO ESTUDO**

O empregado que participar do curso de curta duração (treinamento/aperfeiçoamento) e média/longa duração (graduação/pós-graduação) custeados total ou parcial pela empresa e venha a demitir-se ou ser dispensado por justa causa, dentro de 02 (dois) anos, posterior ao término dos cursos de curta duração, e 04 (quatro) anos dos cursos de média/longa duração, ficará obrigado a ressarcir à empresa as despesas por ela efetuadas com o custeio do curso, incluindo-se as relativas a transporte, hospedagem e outras pertinentes, limitado a 50% (cinquenta por cento) das verbas rescisórias.

#### **Cláusula 36.1 - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CONTRATO DE TRABALHO MEDIANTE BOLSA QUALIFICAÇÃO**

Como forma de qualificação profissional, fica as empresas autorizadas a suspensão temporária do contrato de trabalho por um período de dois a cinco meses, conforme previsto no art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho, desde que realizado mediante Acordo Coletivo de Trabalho a ser firmado junto ao sindicato profissional SEACONS, com anuência do sindicato patronal SEAC/GO.

**Parágrafo Único.** Como forma de manutenção do emprego e da renda, inclusive dos grupos de risco, definidos pelas autoridades de saúde, ficam as empresas autorizadas a suspensão temporária do contrato de trabalho, em razão da pandemia do COVID-19, nos termos do caput da cláusula 36.1.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DADOS PESSOAIS EMPREGADOS**

Em face da Lei n.13.709/18 e atos normativos dela decorrentes, as entidades convenientes fixam, conforme disposições contidas nos artigos 7º, inciso I, 11, inciso I, c/c 9º, §3º, que os dados pessoais dos trabalhadores, tais como nome, CPF, endereço residencial, certificado de formação/reciclagem e todos os dados necessários para atender às normas e regras de segurança exigidas pelos tomadores de serviço, poderão ser compartilhados sempre que necessário, assim entendida largo sensu, ou quando vinculados diretamente à relação mantida por sua empregadora e seus clientes, tendo em conta a atividade por ela exercida e as necessidades de segurança, ficando a empresa responsável por seu devido tratamento. Do mesmo modo, tocará aos seus empregados estrita observação de tal conduta, no exercício dos seus cometimentos funcionais, quando do acesso a dados de terceiros, direta ou indiretamente ligados à empregadora e/ou a sua atividade junto aos clientes tomadores de seus serviços, sob pena de responsabilidade pessoal, a quem der causa.

#### **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - BANCO DE HORAS**

Fica autorizada as empresas de constituírem Banco de Horas a serem compensados no período de 12 (doze) meses, limitados à 10 (dez) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

**Parágrafo Primeiro.** O empregado que tiver horas a serem compensadas, poderá sair mais cedo, ou chegar mais tarde em seu posto de serviço, desde que previamente comunicado pela empresa e autorizado por esta.

**Parágrafo Segundo – No caso da não compensação no período de 12 (doze) meses, será devido o pagamento de horas extras com acréscimo de 50% sobre a hora normal.**

**Parágrafo Terceiro – Em ocorrendo desligamento do empregado, antes que tenha havido a compensação, será devido o pagamento em horas extras com acréscimo de 50% sobre a hora normal.**

**Parágrafo Quarto - Nos termos do artigo 59 §6º da CLT, as empresas estão autorizadas a firmarem Acordo Individual de Compensação de Jornada, desde que esta compensação ocorra dentro do mês respectivo.**

**Parágrafo Quinto - Ficam as empresas autorizadas a instituírem banco de horas, mediante a obrigatoriedade expressa do aval das entidades sindicais profissional e patronal.**

## **COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - 12 X 36 - COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO**

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação.

**Parágrafo Primeiro.** Será concedido intervalo intrajornada de acordo com o artigo 71 da CLT, com uma hora para refeição e descanso. A não concessão ou concessão parcial do intervalo para refeição e descanso, implica no pagamento de natureza indenizatória apenas do período suprimido com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal suprimida.

**Parágrafo Segundo.** Considerando-se a realidade da prestação de serviços e, ainda a natureza empresarial, fica estabelecida a possibilidade de ampliar-se o descanso intrajornada além do limite

de 01 (uma) hora na forma do artigo 71 da CLT, bem assim ser adotado o intervalo intrajornada de 30 (trinta) minutos.

**Parágrafo Terceiro.** Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo descanso nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

**Parágrafo Quarto.** Em caso de trabalho noturno as horas serão de 60 minutos, mas remunerados no percentual de 20% (vinte por cento) para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h. A prorrogação da jornada de trabalho após as 05h00 min do dia seguinte não implicará na obrigação de pagamento do adicional noturno correspondente ao período excedente conforme definição prevista no parágrafo 2º do art. 73 da CLT.

**Parágrafo Quinto.** Ficam autorizadas as empresas a jornada de 12 x 36h nos ambientes insalubres, inclusive em hospitais, clínicas e unidades de saúde em geral, sendo desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho, por não tratar-se de sobrejornada.

**Parágrafo Sexto.** Os empregados que trabalham na escala 12 x 36h noturna, o adicional noturno será devido somente nas noites trabalhadas.

**Parágrafo Sétimo.** Fica autorizada a compensação no sábado das horas laboradas em excesso de jornada de 2ª a 6ª feira, até o limite de 44 horas semanais e 10 (dez) horas diárias.

**Parágrafo Oitavo.** No posto de serviço em que é utilizado o trabalho em dias alternados, no sistema de trabalho de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, independentemente de o trabalho ser noturno ou diurno, em face da compensação não será devido hora extra, pagando-se como remuneração o piso da categoria mais o adicional noturno, quando for o caso, proporcional aos dias laborados, desde que respeitado as 12 horas trabalhadas.

**Parágrafo Nono.** Os empregados poderão ter uma jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira, e nos finais de semana, sábado e domingo, em escala de 12 x 36, alternando os finais de semana, cumprindo o descanso obrigatório de 2 domingos por mês. Não haverá prejuízo no salário, pois haverá compensação do excesso de horas trabalhadas em determinado período pelo descanso no período seguinte.

**Parágrafo Décimo.** Não descaracteriza o regime convencionado no caput desta cláusula, caso seja ultrapassada a jornada para ele estabelecida, por necessidade do serviço, mas, nessa hipótese, as horas excedentes desse sistema de trabalho deverão ser remuneradas como horas extras, considerando-se o divisor 220 estabelecidos nesta convenção. Fica a liberalidade do empregado, aceitar ou não aceitar labor na continuidade da jornada, não havendo punição em caso de recusa.

**Parágrafo Décimo Primeiro.** As empresas poderão acordar com seus funcionários administrativos a compensação de horários nos dias úteis visando a dispensa de trabalho aos

sábados, respeitando o limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

**Parágrafo Décimo Segundo.** Não será considerado desvio de função, quando o empregado substituto na função de portaria, na hora intervalar em Jornada 12 x 36h, não sofrer quaisquer prejuízos, quer seja no salário ou na carga horária, inerentes à função do empregado substituído, cabendo a empresa repassar o valor da hora correspondente da função do substituído, mensalmente, ao funcionário substituto. A substituição de portaria poderá se dar por outra função.

**Parágrafo Décimo Terceiro.** Extensão Eventual de Jornada - Entende-se por Extensão, quando por necessidade imperativa, a empresa empregadora solicita ao colaborador que este seja convocado/ permaneça no posto de serviço, para cobrir a jornada imediatamente consecutiva do empregado com o qual faria revezamento. Na hipótese de realização de extensão, apenas a extensão será remunerada como horas extras 50%, fato este que não descaracteriza a presente jornada. As empresas ficam obrigadas a fornecer alimentação sem ônus para o empregado. Não sendo devido o vale-transporte.

Nos casos em que o empregado não estiver no posto de serviço, quando convocado/ solicitado será devido além do pagamento de horas extras 50%, o fornecimento do respectivo vale-transporte, além de Ticket Refeição ou Cartão equivalente, na forma prevista nesta Convenção sem ônus para o trabalhador. Fica a liberalidade do empregado, aceitar ou não aceitar a solicitação/convocação, não havendo punição em caso de recusa.

**Parágrafo Décimo Quarto.** O SEACONS, nos casos comprovados de implantação do sistema 12 x 36, assume o compromisso de não patrocinar, ou dar qualquer assistência, em qualquer demanda judicial, ou administrativa, objetivando ao pagamento de horas extras, quando observada a jornada de serviços supramencionadas, uma vez que expressamente reconhece e afirma a conveniência da cláusula e a considera do interesse dos empregados, conforme decidido em Assembleia Geral da Categoria, desde que respeitado os termos desta Cláusula.

## INTERVALOS PARA DESCANSO

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - INTERVALO PARA REPOUSO OU ALIMENTAÇÃO

Será concedido intervalo intrajornada de acordo com o artigo 71 da CLT, com uma hora para refeição e descanso. A não concessão ou concessão parcial do intervalo para refeição e descanso implica no pagamento, de natureza indenizatória. O período não gozado será pago com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal suprimida.

**Parágrafo Primeiro.** Considerando-se a realidade da prestação de serviços, e, ainda a natureza empresarial, fica estabelecida a possibilidade de ampliar-se o descanso intrajornada, na forma do Parágrafo Segundo e Terceiro desta Cláusula, bem assim ser adotado o intervalo intrajornada mínimo de 30 (trinta) minutos, devendo ser indenizado o período restante suprimido.

**Parágrafo Segundo.** Fica permitido que as empresas implantem opcionalmente, total ou parcial, no quadro de empregados que trabalhem no regime de 8h diárias, o intervalo para repouso ou alimentação de no máximo 5 (cinco) horas.

**Parágrafo Terceiro.** Quando o intervalo for superior a 4 (quatro) horas a empresa fica obrigada a conceder vales-transportes – além dos já mencionados na Cláusula Décima Quarta, na forma da lei.

**Parágrafo Quarto.** A concessão de horário para alimentação independente da extensão deste, não desnatura e nem reduz a jornada de trabalho de 12 x 36 (Doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso) quando for o caso.

## DESCANSO SEMANAL

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - REPOUSO SEMANAL

O trabalho realizado em dia de feriado ou em dia da folga, poderá ser compensado, no prazo máximo de dois meses. Não havendo a compensação aqui permitida, ficará a empresa obrigada ao pagamento do feriado/folga em dobro.

**Parágrafo Único.** As empresas ficam autorizadas a fazer o remanejamento dos feriados.

## CONTROLE DA JORNADA

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - HORÁRIO DE FREQUÊNCIA

Fica estabelecido que os Cursos e Reuniões, quando do comparecimento obrigatório do trabalhador, deverão ser realizados durante a jornada de trabalho, ou, quando fora deste horário, ensejarão pagamento de horas extras.

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DO CONTROLE DE REGISTRO DE EMPREGADOS

Face à natureza da atividade da prestação de serviços a terceiros, fora da sede das empresas, a ficha de registro de empregados, as folhas de ponto e os demais livros poderão ficar na empresa ou no posto em que o serviço é realizado, prevalecendo a regra que melhor satisfizer a viabilidade operacional do Empregador, inclusive quanto à documentação pessoal do Empregado.

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DO CONTROLE DE REGISTRO DE PONTOS

As empresas poderão fazer o fechamento do controle de frequência entre os dias 16 (dezesesseis) do mês corrente e 15 (quinze) do mês subsequente.

**Parágrafo Único.** O controle de registro de pontos poderá ser feito através de qualquer meio de registro, inclusive eletrônico/digital, aplicativos de celular, documento físico, ou qualquer outro meio que melhor satisfizer a viabilidade operacional do empregador, conforme Portaria nº 671, de 08 de

novembro de 2021, do Ministério do Trabalho servindo a presente cláusula como expressa autorização para adotá-los.

## OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - TRABALHO NO SÁBADO

Fica vedado a utilização do empregado em mais de um posto de serviços no sábado.

**Parágrafo Primeiro.** Os empregados em serviços de copa, portaria, fotocopiadoras e contínuos, não poderão ser colocados pela empresa, nos sábados, para executarem serviços distintos de sua função, com exceção do serviço de limpeza, na seção, do local de trabalho onde executam suas tarefas.

**Parágrafo Segundo.** Fica autorizada a compensação no sábado das horas laboradas em excesso de jornada de 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira.

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - REGISTRO DE FREQUÊNCIA

Com base no direito constitucional esculpido no artigo 7º, inciso XXVI, as empresas que se interessarem, ficam autorizadas a fecharem o registro de frequência de seus empregados em data anterior ao último dia de cada mês, para que as mesmas possam elaborar suas folhas de pagamento em tempo hábil a procederem o recolhimento dos encargos sociais, desde que observado para efeito do pagamento dos salários, o mês normal.

**Parágrafo Único.** Os acréscimos devidos e os descontos legais, originados após a data de fechamento do ponto, serão automaticamente contemplados no(s) mês(es) subsequente(s).

## FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - FÉRIAS E CONCESSÃO DE FÉRIAS

Conforme disposto no artigo 145 da CLT, as empresas deverão promover o pagamento das férias + 1/3 até 2 (dois) dias antes do início do respectivo gozo pelo empregado.

**Parágrafo Primeiro.** Fica convencionado entre as partes que o início das férias coletivas ou individuais somente não poderá coincidir com domingo ou feriado, bem como sábados em que não haja expediente normal de trabalho.

**Parágrafo Segundo.** Para os empregados que trabalhem em regime de compensação, o início das férias não poderá coincidir com o dia da folga de sua escala de serviço, exceto para os

empregados que laboram em escala 12x36h que em razão das características da escala não é possível evitar que o início recaia nestes dias, podendo as férias ser iniciadas em qualquer data a ser definida pelo empregador.

## SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DA UTILIZAÇÃO DE APARELHO CELULAR E SIMILARES NO EXPEDIENTE DE TRABALHO

Diante da natureza da prestação de serviços a terceiros, fica expressamente proibido durante o horário correspondente ao seu expediente e durante toda a sua prestação de serviço, exceto do período de gozo do intervalo de intrajornada, a utilização de aparelho celular, smartphone, tablete e similares que não seja por determinação do EMPREGADOR ou para ações necessárias a execução do serviço, ficando sujeitos os empregados à penalidades.

**Parágrafo Primeiro.** Nos casos de urgência/emergência do empregado, fica este autorizado ao uso do telefone celular.

**Parágrafo Segundo.** Para informação aos empregados quanto a disposição supra mencionada, inclusive com previsão da punição aos que infringirem a regra, as empresas poderão utilizar-se da adequação ao Regulamento Interno, com a fixação do mesmo em local visível, fazer constar em cláusula do contrato de trabalho individual, ou ainda através de comunicado individual assinado pelos empregados, respeitados os regulamentos internos já existentes.

## EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - EPIS

As empresas fornecerão aos seus empregados as ferramentas e equipamentos de proteção individual – EPIs, de uso obrigatório no trabalho, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE e em especial com a Portaria 3.214 de 1978 em sua NR-06, e serão de uso exclusivo em serviço, respondendo o empregado pela não utilização dos mesmos, uma vez que a entrega dos EPI's, mediante recibo, obriga, por si só, o empregado a utilizá-los, independentemente da fiscalização do empregador.

**Parágrafo Primeiro.** Quando, por sua culpa ou dolo devidamente comprovados, ocorrer extravio dos bens sob sua guarda ou danos decorrentes da utilização para fins estranhos ao serviço, fica convencionado nesses casos, o desconto em folha do valor integral do prejuízo causado.

**Parágrafo Segundo.** Caso o empregado tenha seu contrato rescindido, fica ele obrigado a devolver os equipamentos recebidos, na condição em que se encontrarem, também sob pena de desconto.

## UNIFORME

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - UNIFORMES

As empresas fornecerão gratuitamente 02 (dois) uniformes completos, novos e confeccionados, por ano, tendo como referência o mês de admissão do empregado, durante a vigência do presente instrumento.

**Parágrafo Primeiro.** Se a empresa exigir tipo e/ou cor de calçado o mesmo passa a integrar o uniforme.

**Parágrafo Segundo.** A utilização do uniforme será restrita ao local de trabalho, ficando o faltoso passível de punição.

**Parágrafo Terceiro.** O uniforme será fornecido mediante cautela. O empregado indenizará a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido.

**Parágrafo Quarto- A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas é de uso comum.**

**Parágrafo Quinto- Por não fazer uso regularmente do uniforme por decorrência de sua jornada de trabalho, esta cláusula não se aplica ao empregado contratado sob o regime intermitente. Este empregado terá direito ao uso do uniforme apenas no momento do trabalho, devendo ser devolvido limpo no término do contrato.**

**Parágrafo Sexto.** Fica ajustado que o tempo dispendido diariamente pelo empregado para entrada e saída do posto de serviço, incluindo-se a troca de uniforme, não integra a jornada de trabalho, bem como não constitui tempo de serviço efetivo à disposição do empregador, não se considerando assim trabalho extraordinário.

## **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DA PREVALÊNCIA DOS ATESTADOS MÉDICOS**

Para efeito de legislação trabalhista e previdenciária, as faltas dos empregados por razão de sua saúde, serão abonadas mediante comprovação por atestados médicos, odontológicos e declaração de consultas, emitidos por profissionais devidamente registrados no CRM e CRO, obedecendo a triagem dos serviços médicos próprios da empresa ou conveniados, e pelo SESMT Coletivo a ser implantado pela AGEPS, bem como os despachos na legislação pertinente;

**Parágrafo Primeiro-** Dispondo a empresa de serviço médico e odontológico próprio ou formalmente contratado, estes deverão proceder com a avaliação e aprovação dos referidos atestados sem o que os mesmos não serão válidos.

**Parágrafo Segundo** - Os atestados fornecidos na forma legal, por médicos ou dentistas de entidades classistas e/ou instituições credenciadas pelo SUS, não poderão ser recusados, desde que observado o disposto no caput;

**Parágrafo Terceiro** - Os atestados médicos na forma legal, serão obrigatoriamente encaminhados pelos integrantes da categoria no departamento de pessoal das empresas, no mesmo dia de sua

emissão ou, no máximo 03 (três) dias, após a expedição sob pena de invalidade e de serem considerados nulos, sendo que os atestados apresentados após o fechamento da folha de pagamento, estes serão incluídos na folha do mês subsequente.

**Parágrafo Quarto** - Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

**Parágrafo Quinto** - Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos artigos 297 e 302 do Código Penal.

**Parágrafo Sexto**- Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482 da CLT.

## **RELAÇÕES SINDICAIS REPRESENTANTE SINDICAL**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - REPRESENTANTE CLASSISTA**

Os empregados que fizerem parte da Diretoria, Conselho Fiscal, Delegação Federativa e Conselho Disciplinar, inclusive suplentes, não poderão ser mudados de local de trabalho unilateralmente, salvo se por motivo de força maior.

## **LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - LIBERAÇÃO DE SINDICALISTAS**

Nenhuma empresa poderá impedir o afastamento dos diretores, delegados sindicais e conselheiros do Sindicato Profissional quando convocados por este, no máximo uma vez por mês, a fim de que possam participar das reuniões da Diretoria, sem prejuízo da remuneração, desde que as mesmas estejam fixadas durante o horário de trabalho do convocado titular.

**Parágrafo Único.** Fica acertado ainda, que as empresas liberarão, com abono de ponto, seus empregados investidos em Representação Sindical, quando convocados pelo Sindicato para participarem de Encontros, Congressos e/ou outros eventos classistas, observando o seguinte:

- a) Só poderá o empregado ausentar-se do emprego por 03 (três) vezes no decorrer da vigência da presente Convenção.
- b) Cada período afastado não poderá ser superior a 08 (oito) dias.

c) O total de dias afastados pelo mesmo empregado, durante a vigência da presente Convenção, não poderá ultrapassar a 15 (quinze) dias.

## GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DELEGADO SINDICAL

Fica assegurada a estabilidade para o Delegado Sindical, durante o exercício do mandato, o qual não poderá ter seu local de trabalho trocado unilateralmente, salvos os casos de força maior.

**Parágrafo Único.** O sindicato laboral só poderá indicar Delegados Sindicais nos locais de trabalho onde trabalham o mínimo de 200 (duzentos) empregados da mesma empresa, sendo o limite máximo de 01 (um) por local e 05 (cinco) por empresa.

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - REMUNERAÇÃO DE SINDICALISTA

As empresas pagarão o piso aos empregados investidos em cargos de direção sindical no SEACONS e que estiverem a disposição do sindicato, até o limite de um salário normativo de um trabalhador de limpeza, limitando a 1 (um) diretor por empresa, ficando às expensas do sindicato o valor que ultrapassar esse limite.

## CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL ASSISTENCIAL LABORAL

Com fundamento na Tese de repercussão geral nº 935 do STF, e de acordo com o que restou aprovado em assembleia geral extraordinária de trabalhadores realizada no dia 23/10/2023, as empresas deverão descontar anualmente de cada trabalhador pertencente à categoria, e em toda base territorial (Goiás), o valor total equivalente a 10% (dez por cento) do valor do piso da categoria, a ser realizado em duas prestações de 5% (cinco por cento) cada, como recolhimento de contribuição Negocial, a ser revertido para o Sindicato Laboral (SEACONS).

**Parágrafo Primeiro.** Os descontos da referida contribuição Negocial previstos no *caput* dessa cláusula se darão nas folhas de pagamento dos meses de janeiro e setembro de cada ano, devendo ser repassado ao SEACONS até o dia 20/02 e 20/10, respectivamente.

**Parágrafo Segundo.** No caso do desconto da folha de setembro de cada ano, os trabalhadores terão do dia 01º até o dia 10 de outubro de cada ano para oferecer oposição. Para o desconto da folha de janeiro de cada ano, os trabalhadores terão do dia 01º até o dia 10 de fevereiro de cada ano para oferecer oposição.

**Parágrafo Terceiro.** A oposição deverá, obrigatoriamente, ser feita pessoalmente e de próprio punho na sede do sindicato (em duas vias), sob pena de preclusão. A referida oposição será assinada pelo representante do sindicato laboral e pelo empregado, e será entregue às empresas pelo Seacons.

**Parágrafo Quarto.** Ficam as empresas obrigadas a encaminhar ao sindicato laboral, via e-mail ([seacons.financeiro@terra.com.br](mailto:seacons.financeiro@terra.com.br)) até o dia 10 (dez) do mês de cada desconto, o rol de empregados que prestam serviços na base territorial do SEACONS - GO, juntamente com a apresentação de documentos comprobatórios, quais sejam: Relatórios do e-Social (Conectividade Social e Arquivo SEFIP), ou outro documento oficial que quantifique inequivocamente o rol de empregados, sob pena de multa constante na Cláusula Septuagésima Primeira em favor do sindicato laboral. No presente caso fica o sindicato profissional obrigado a proteção e destinação correta dos referidos dados, sob pena de descumprimento e responsabilização nos Termos da Lei Geral de Proteção de Dados nº. 13.709/2018.

**Parágrafo Quinto.** Após o recebimento da documentação em questão, o departamento financeiro do SEACONS - GO acusará o recebimento e fará a análise do quantitativo, e encaminhará à empresa o boleto bancário para repasse dos descontos, o qual terá como vencimento os dias 20/02 (para os descontos ocorridos no mês de janeiro) e 20/10 (para os descontos ocorridos no mês de setembro), ou primeiro dia útil subsequente.

**Parágrafo Sexto.** O descumprimento total ou parcial desta cláusula ou qualquer ato da empresa que dificulte o seu cumprimento (condutas antissindicalis, tais como: estímulo ao empregado fazer oposição, impedimento que o empregado se dirija ao sindicato para entrega da oposição quando não em serviço, ausência/atraso no envio da documentação comprobatória da quantidade de empregados e etc.) ensejará multa indenizatória prevista na Cláusula Septuagésima Primeira da Convenção Coletiva de Trabalho.

- a) Além da penalidade estipulada acima, as empresas que atrasarem ou deixarem de descontar e/ou recolher, tempestivamente, as importâncias avençadas nesta cláusula, estará sujeita às seguintes penalidades: a) multa de 2% (dois por cento) sobre o total devido e mora diária de 0,03% (zero vírgula zero três por cento). E, no caso de cobrança judicial, além dos acréscimos já mencionados, incidirão também à empresa, as custas processuais e honorárias advocatícias na base de 20% (vinte por cento) sobre o total apurado.

**Parágrafo Sétimo.** Os pedidos de devolução realizados dentro do prazo estipulado nos parágrafos segundo e terceiro desta cláusula deverão ser feitos pessoalmente e de próprio punho na sede do sindicato (em duas vias), sob pena de preclusão.

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - DA MENSALIDADE SOCIAL (FILIAÇÃO)**

No caso dos empregados que desejarem filiar-se ao sindicato laboral ou que já forem filiados, fica obrigada a empresa empregadora a promover o desconto mensal no salário do empregado, no percentual de 1% (um por cento) do salário base da categoria, obrigando-se ainda a promover o respectivo repasse ao SEACONS, por meio de pagamento de boleto bancário.

**Parágrafo Primeiro:** Ao receber a filiação de cada empregado, o SEACONS deve enviar comunicação oficial a empresa, constando a data de filiação, o nome de cada empregado filiado e a respectiva autorização assinada pelo funcionário.

**Parágrafo Segundo:** Até o dia 30 (trinta) de cada mês, a empresa fica obrigada a informar ao SEACONS, via e-mail ([seacons.financeiro@terra.com.br](mailto:seacons.financeiro@terra.com.br) e [seacons@terra.com.br](mailto:seacons@terra.com.br)) a quantidade de filiados que laboram na empresa, e o valor do boleto referente a mensalidade social a ser gerado, devendo nesta mesma oportunidade informar sempre que um empregado filiado for desligado da empresa, mediante documentação oficial comprobatória do desligamento.

**Parágrafo Terceiro:** Não havendo o envio do e-mail pela empresa, fica o SEACONS autorizado a enviar, entre o dia 10 (dez) e o dia 18 (dezoito) de cada mês, o boleto bancário referente a mensalidade social, com prazo de vencimento até o dia 20 (vinte), devendo a empresa empregadora providenciar o respectivo pagamento na data aprazada.

**Parágrafo Quarto:** Em caso de descumprimento, atraso ou ausência de pagamento, fica a empresa sujeita ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o total devido e mora diária de 0,03% (zero vírgula zero três por cento), bem como a aplicação da multa constante da Cláusula Septuagésima Primeira desta CCT.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

Conforme decisão da Assembleia Geral da categoria econômica, as empresas de asseio e conservação, que operam ou vierem a operar no Estado de Goiás, sindicalizadas ou não, recolherão com recursos próprios ao SEAC/GO – Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e de Outros Serviços Similares Terceirizáveis do Estado de Goiás, através de guias fornecidas pelo mesmo o equivalente a 3% (três por cento) do montante bruto, das folhas de pagamento dos meses de abril de 2024 e abril de 2025, a ser pago em parcela única com vencimento em 10/05/2024 e 10/05/2025.

**Parágrafo Único.** Após o prazo estabelecido para os recolhimentos, será cobrado para resgate destes débitos 2% (dois por cento) de multa, e 0,5% (meio por cento) de juros por mês de atraso mais correção monetária.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL**

Consoante decisão da Reunião Ordinária da FECOMÉRCIO-GO realizada em 17/12/2021, as empresas recolherão com recursos próprios, através de guias bancárias fornecidas pelo Sindicato, 3% (três por cento) sobre o montante bruto da folha de pagamento do mês de maio de 2024 e maio e 2025, com vencimento para 20/06/2024 e 20/06/2025, limitado a valor mínimo de R\$ 254,10 (duzentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos) e máximo de R\$ 2.369,00 (dois mil, trezentos e sessenta e nove reais).

**Parágrafo Único.** Após os prazos estabelecidos para os recolhimentos, será cobrado para resgate destes débitos, 10% (dez por cento) de multa, 1% (um por cento) de juros por mês de atraso, mais correção monetária.

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL**

Conforme decisão da Assembleia Geral da categoria econômica, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo SEAC/GO, associadas ou não, deverão recolher a entidade patronal a Contribuição Negocial mediante guia a ser fornecida por este, equivalente a 6% (seis por cento) do montante bruto das folhas de pagamento do mês de junho de 2024, a ser pago em duas parcelas de 3% (três por cento) cada uma, com vencimentos em 10/07/2024 e 10/08/2024; e junho

de 2025, a ser pago em duas parcelas de 3% (três por cento) cada uma, com vencimentos em 10/07/2025 e 10/08/2025.

**Parágrafo Único.** Após os prazos estabelecidos para os recolhimentos, será cobrado para resgate destes débitos, 10% (dez por cento) de multa, 0,5% (meio por cento) de juros por mês de atraso, mais correção monetária.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - DESPESAS ODONTOLÓGICAS**

As empresas efetuarão desconto no pagamento dos seus empregados mediante autorização prévia e expressa dos empregados, alusivo às despesas por serviços odontológicos prestados pelo SEACONS e por qualquer outro sistema de assistência odontológica firmado pelas empresas, Instituto IAFAS, para beneficiar os funcionários e seus dependentes.

**Parágrafo Primeiro.** A entidade profissional ou a empresa conveniada, encaminhará as empregadoras a relação dos créditos juntamente com a autorização do desconto firmado pelo empregado.

**Parágrafo Segundo.** As empresas efetuarão os repasses das importâncias levantadas até o 10º (décimo) dia posterior ao desconto, diretamente na tesouraria da entidade profissional e/ou à empresa conveniada na forma contratual.

**Parágrafo Terceiro.** As empresas não serão responsabilizadas por futuros descontos aos empregados que, rescindindo o contrato de trabalho, deixarem despesas pendentes pelos serviços odontológicos prestados. Da mesma forma, as mesmas empresas não serão comprometidas ao pagamento desses mesmos serviços, haja vista que os descontos salariais possuem a mesma natureza que os adiantamentos de salários.

**Parágrafo Quarto.** Os descontos se aterão ao limite estabelecido em Lei.

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - GUIAS DE RECOLHIMENTO**

As empresas estão obrigadas a encaminharem as guias de recolhimento do INSS (GPS) ao Sindicato Profissional.

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - DAS CONQUISTAS E CONCESSÕES**

Os sindicatos convenientes declaram, que na negociação coletiva ora formalizada, houveram concessões mútuas, razão pela qual os direitos e deveres, benefícios e restrições expressos nas diversas cláusulas, não devem ser vistos isoladamente, e sim como insertos na integralidade do pactuado, respeito ao costume e, principalmente, da busca da possibilidade de manutenção e geração de empregos, bem como de se viabilizar a atividade econômica (art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal).

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - DOCUMENTAÇÃO PARA CONCORRÊNCIA**

As empresas que participarem de licitações públicas ou que apresentarem quaisquer propostas a clientes particulares, obrigatoriamente deverão juntar à documentação ou à proposta, respectivamente, mesmo que não solicitados pelo tomador de serviços, a certidão de regularidade trabalhista sindical e uma cópia da presente Convenção Coletiva, a fim de que fiquem cientes das obrigações ajustadas, evitando descumprimento de seus termos.

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA**

Por força desta Convenção Coletiva, e em atendimento ao disposto no art. 607 da CLT, as empresas para obterem benefícios previstos nesta CCT e para participarem em licitações promovidas por órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar Certidão de Regularidade para com suas obrigações trabalhistas.

**Parágrafo Primeiro.** Esta Certidão será expedida individualmente, pelo Sindicato Patronal e pelo Sindicato profissional, assinadas por seus Presidentes ou seu substituto legal, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após o pedido formal da empresa interessada. Havendo pendências legais com quaisquer das Entidades, a certidão não será emitida.

**Parágrafo Segundo.** A emissão das referidas Certidões serão específicas para cada tomador de serviços, cujo nome e demais dados serão fornecidos quando do seu requerimento pela empresa interessada, associada ou não do Sindicato Patronal. Os custos da Certidão poderão ser cobrados dos interessados, ficando o valor da Certidão emitida pelo Sindicato Patronal estipulado em 10% (dez por cento) do valor do menor piso estabelecido na presente Convenção. Sua validade será de 30 (trinta) dias e fica vedada a emissão de Certidões ou Declarações de cumprimento parcial das obrigações.

**Parágrafo Terceiro.** Para fins de emissão da Certidão de Regularidade Trabalhista de que trata a presente cláusula e para a emissão da Certidão de Demonstração de Pisos Salariais – CDPS de que trata o caput da Cláusula Terceira da atual CCT, as empresas deverão estar em situação de regularidade para com as duas Entidades convenientes, com as seguintes obrigações:

a) Imposto Sindical, em situação de regularidade conforme previsto no art. 607 e 608 da CLT;

- b) Cumprimento integral desta Convenção, a ser confirmada individualmente pelas entidades sindicais;
- c) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT bem como na legislação complementar concernente às matérias trabalhista e previdenciária;
- d) Comprovante do pagamento e da Apólice do Seguro de Vida atualizado, na forma da Cláusula Décima Sétima da atual CCT;
- e) Certidão de Regularidade de pagamentos mensais efetuados do benefício Amparo Familiar fornecida pelo Instituto de Assistência Familiar e Amparo Social dos Trabalhadores do Setor de Terceirização de Mão de Obra e Comércio em Geral – IAFAS, na forma da Cláusula Décima Oitava da atual CCT;
- f) Na apresentação de requerimento ao SEACONS, obrigatoriamente deverá ser acompanhado por CND do INSS e do FGTS.
- g) Apresentação de requerimento e, a critério do Sindicato Patronal, fazer-se acompanhar por CND do INSS, do FGTS, da Dívida Ativa da União, da Receita Federal, bem como por certidões negativas de falência, concordata e CNDT e GFIP para recolhimento do FGTS do mês correspondente, ou outro que vier a substituir.

**Parágrafo Quarto.** A falta de Certidão ou a sua apresentação com prazo vencido, permitirá às demais empresas licitantes, nos casos de licitações públicas, alvejarem o processo licitatório por descumprimento das cláusulas acordadas, e em outras contratações acionarem os tomadores de serviços dando conhecimento, em qualquer dos casos, às autoridades competentes, inclusive o Ministério Público do Trabalho.

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL**

As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que fornecem serviços terceirizados de agente de portaria/ fiscal de piso, recepcionista, garagista, zelador, jardineiro, bem como todas as demais categorias profissionais previstas na presente Convenção Coletiva de Trabalho (exceto artífice de limpeza ambiental, auxiliar de limpeza, auxiliar de serviços gerais, banheirista, faxineiro, lavador de fachada, limpador, limpador de banheiro) não poderão ser optantes pelo regime de tributação do SIMPLES NACIONAL, tendo em vista o impedimento legal previsto pelo art. 17, inciso XII da Lei Complementar 123/2006; artigos 115 e 191 §2º da Instrução Normativa 971/2009 e Ato Declaratório Interpretativo RFB nº. 07 de 10/06/2015.

**Parágrafo Primeiro.** As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que fornecem, única e exclusivamente serviços de limpeza e conservação, com a utilização do profissional de limpeza poderão ser optantes do SIMPLES NACIONAL em virtude da permissão legal prevista no artigo 18, §5-C, inciso VI da LC 123/06, entretanto, não poderão fornecer outros tipos de serviços com os profissionais previstos no caput da referida cláusula.

**Parágrafo Segundo.** A inobservância à vedação legal ensejará comunicação ao tomador de serviços (contratante) e à Secretaria da Receita Federal para que promova as atuações cabíveis.

## DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO

### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - NEGOCIAÇÃO/ACORDO COLETIVO

Para a manutenção de empregabilidade e de outros casos de interesse do trabalhador, os Acordos Coletivos poderão ser firmados nos termos da Cláusula Sexagésima Oitava da presente Convenção, sendo vedado outra forma de negociação.

**Parágrafo Único.** Para firmar Acordos Coletivos de Trabalho as empresas devem comprovar estar quites com suas obrigações trabalhistas e Sindicais, conforme disposto no Parágrafo Terceiro da Cláusula Sexagésima Quinta desta CCT, e requisitar a assistência obrigatória do Sindicato Patronal.

### MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

#### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Considerando as disposições da Lei 13.467/2017, art. 611-A, as partes acordam entre si criar a Comissão de Conciliação Prévia, Mediação e Arbitragem, com base nas condições abaixo enunciadas:

**Parágrafo Primeiro.** Com base na Lei nº 9.958/2000 fica criada a Comissão de Conciliação Prévia – CCP entre os sindicatos signatários para que empregadores e trabalhadores possam celebrar acordo acerca de parcelas e direitos de natureza trabalhista, sendo que com base no parágrafo único do artigo 625-E da referida lei, o termo de conciliação é título executivo extrajudicial e tem eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.

**Parágrafo Segundo.** Constitui objetivo geral da Comissão de Conciliação Prévia, a solução dos conflitos individuais decorrentes das relações de trabalho, por acordo entre as próprias partes, com a intermediação dos sindicatos dos empregados e dos empregadores, através de seus representantes conciliadores, sem a intermediação da Justiça do Trabalho ou qualquer outro órgão público.

**Parágrafo Terceiro.** Todos os acordos coletivos serão firmados perante a presente comissão, com a mediação dos Sindicatos signatários, com assinatura do Sindicato Laboral e anuência do Sindicato Patronal.

**Parágrafo Quarto.** A presente Comissão também funcionará como Câmara de Arbitragem para os empregados enquadrados no art. 507-A da CLT, que percebam remuneração superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social e

que em seus contratos de trabalho haja cláusula compromissória pactuada com concordância do empregado em submeter seus litígios a essa Comissão, nos termos previstos na Lei 9.307/96.

**Parágrafo Quinto.** A forma de organização, funcionamento e manutenção da Comissão prevista na presente cláusula será definida pelos Sindicatos signatários, através de Regimento Interno.

## **APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - EFEITOS E GARANTIAS**

Não haverá restituição ou diminuição de salários por efeito da presente Convenção.

**Parágrafo Primeiro.** Fica sem efeito a vigência da CCT-MTE nº GO000091/2022 registrada em 25/02/2022 sob o Processo nº 10162.101002/2022-30 (22/02/2022) que se encerra em 29 de fevereiro de 2024, bem como o Primeiro Termo Aditivo – GO000447/2022 registrado em 08/07/2022; Segundo Termo Aditivo – GO000709/2022 registrado em 28/09/2022; Terceiro Termo Aditivo – GO000856/2022 registrado em 07/12/2022 e Quarto Termo Aditivo – GO000018/2023 registrado em 10/01/2023.

**Parágrafo Segundo.** Em 1º de janeiro de 2025, serão negociados os pisos salariais e o auxílio alimentação, disposto nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

**Parágrafo Terceiro.** A partir de 1º de janeiro de 2025 fica consignado que o Amparo Familiar previsto na Cláusula Décima Oitava da presente CCT será reajustado pelo mesmo percentual do piso salarial.

### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - REFORMA TRABALHISTA**

Em havendo alteração na Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), as partes convenientes, deixam previamente acordado de promover através de Termo Aditivo à esta convenção o ajustamento/ acréscimo das cláusulas que se fizerem necessárias.

## **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS**

Fica estabelecida às partes convenientes, a multa equivalente a 20% (vinte por cento) do salário básico mensal da função de Artífice de Limpeza, por infração de qualquer das cláusulas da presente Convenção, por ocorrência, cujo valor será revertido, obrigatoriamente, à parte prejudicada e ao sindicato profissional.

### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

As partes elegem o foro de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do cumprimento e da interpretação da presente Convenção, em detrimento de outros por mais privilegiados que sejam.

Assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, devendo uma via ser encaminhada à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/Goiás para o registro.

Goiânia/GO, 13 de dezembro de 2023.

}

**MELQUISEDEQUE SANTOS DE SOUZA**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO CONSERV LIMP PUB E AMBIENT COL LIXO SIM EST**  
**GOIAS**

**PAULO GONCALVES DA SILVA**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA E TERCEIRIZACAO DE MAO-DE-OBRA**  
**DO ESTADO DE GOIAS - SEAC-GO**

## **ANEXOS**

### **ANEXO I - ATA SEACONS**

[Anexo \(PDF\)](#)

### **ANEXO II - LISTA DE PRESENCAS SEACONS**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO - GO						
SERVIÇOS 2024						
PROJETO BÁSICO						
RESUMO DE VALORES						
ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	QNTD.	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
5	ASG	QNTD. FUNC.	200,00	R\$ 5.443,59	R\$ 1.088.718,10	R\$ 13.064.617,19
VALOR MENSAL					R\$	1.088.718,10
VALOR TOTAL 12 MESES					R\$	13.064.617,19

BRUNO BREYNER  
 MENDES  
 SOARES:02861353  
 104

Assinado de forma digital  
 por BRUNO BREYNER  
 MENDES  
 SOARES:02861353104  
 Dados: 2024.12.27 15:48:37  
 -03'00'

## Cronograma Físico-Financeiro

LOCAL	1° Mês / 8,33%	2° Mês / 8,33%	3° Mês / 8,33%	4° Mês / 8,33%	5° Mês / 8,33%	6° Mês / 8,33%	7° Mês / 8,33%	8° Mês / 8,33%
SENADOR CANEDO	R\$ 1.088.718,10	R\$ 1.088.718,10	R\$ 1.088.718,10	R\$ 1.088.718,10	R\$ 1.088.718,10	R\$ 1.088.718,10	R\$ 1.088.718,10	R\$ 1.088.718,10
Total Acumulado	R\$ 1.088.718,10	R\$ 2.177.436,20	R\$ 3.266.154,30	R\$ 4.354.872,40	R\$ 5.443.590,50	R\$ 6.532.308,59	R\$ 7.621.026,69	R\$ 8.709.744,79

9° Mês / 8,33%	10° Mês / 8,33%	11° Mês / 8,33%	12° Mês / 8,33%
R\$ 1.088.718,10	R\$ 1.088.718,10	R\$ 1.088.718,10	R\$ 1.088.718,10
R\$ 9.798.462,89	R\$ 10.887.180,99	R\$ 11.975.899,09	R\$ 13.064.617,19

## 1. MÃO DE OBRA DE ASG

## Módulo 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total
Salário Base	mês	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
Insalubridade (40%)	mês	1	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 600,00
Total do Efetivo	homem	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 2.100,00

## Módulo 2 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

## Submódulo 2.1- Encargos Previdenciários e FGTS

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
INSS	%	20,00%	R\$ 420,00	1	R\$ 420,00
FGTS	%	8,00%	R\$ 168,00	1	R\$ 168,00
SESI ou SESC	%	1,50%	R\$ 31,50	1	R\$ 31,50
SENAI OU SENAC	%	1,00%	R\$ 21,00	1	R\$ 21,00
INCRA	%	0,20%	R\$ 4,20	1	R\$ 4,20
SEBRAE	%	0,60%	R\$ 12,60	1	R\$ 12,60
Salário Educação	%	2,50%	R\$ 52,50	1	R\$ 52,50
RAT	%	3,00%	R\$ 63,00	1	R\$ 63,00
SECONCI	%	1,00%	R\$ 21,00	1	R\$ 21,00
Total do Submódulo 2.1		37,80%	R\$ 793,80		R\$ 793,80

## Submódulo 2.2 - 13º Salário e Adicional de Férias

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
13º Salário	%	8,33%	R\$ 174,93	1	R\$ 174,93
Adicional de Férias (terço Constitucional)	%	2,78%	R\$ 58,38	1	R\$ 58,38
Subtotal	%	11,11%	R\$ 233,31	1	R\$ 233,31
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o 13º e Adicional de Férias	%	4,09%	R\$ 85,89	1	R\$ 85,89
Total do Submódulo 2.2	%	15,20%	R\$ 319,20		R\$ 319,20

## Submódulo 2.3 - Afastamento Maternidade

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Afastamento Maternidade/Paternidade	%	0,03%	R\$ 0,63	1	R\$ 0,63
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o Afastamento	%	0,01%	R\$ 0,21	1	R\$ 0,21
Total do Submódulo 2.3	%	0,04%	R\$ 0,84		R\$ 0,84

## Submódulo 2.4 - Previsão para Rescisão

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Aviso Prévio Indenizado	%	0,42%	R\$ 8,82	1	R\$ 8,82
Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	%	0,17%	R\$ 3,57	1	R\$ 3,57
Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado	%	3,20%	R\$ 67,20	1	R\$ 67,20
Aviso Prévio Trabalhado	%	0,80%	R\$ 16,80	1	R\$ 16,80
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o Aviso Prévio Indenizado	%	0,03%	R\$ 0,63	1	R\$ 0,63
Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado	%	0,03%	R\$ 0,02	1	R\$ 0,02
Total do Submódulo 2.4	%	4,65%	R\$ 97,65		R\$ 97,65

## Submódulo 2.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Férias	%	8,33%	R\$ 174,93	1	R\$ 174,93
Ausência por doença	%	1,39%	R\$ 29,19	1	R\$ 29,19
Licença Paternidade	%	0,02%	R\$ 0,42	1	R\$ 0,42
Ausências legais	%	0,28%	R\$ 5,88	1	R\$ 5,88
Ausência por Acidente de Trabalho	%	0,33%	R\$ 6,93	1	R\$ 6,93
Contingência de Faltas	%	1,94%	R\$ 40,74	1	R\$ 40,74
Subtotal	%	12,29%	R\$ 258,09	1	R\$ 258,09
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o Custo de Reposição	%	4,53%	R\$ 95,13	1	R\$ 95,13
Total do Submódulo 2.5	%	16,82%	R\$ 353,22	1	R\$ 353,22

<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>	%	74,47%	R\$ 1.563,87	1	R\$ 1.563,87
--	---	--------	--------------	---	--------------

Módulo 3 - VALE TRANSPORTE					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Vale Transporte (Menos 6% do Salário Base) =223,60-90	%	6%	R\$ 133,60	1	R\$ 133,60
Total do Módulo 3			R\$ 133,60		R\$ 133,60
Módulo 4 - VALE ALIMENTAÇÃO E "DESJEJUM"					
Submódulo 4.1 - VALE ALIMENTAÇÃO					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Valor do Vale Alimentação	vale	1	R\$ 440,00	1	R\$ 440,00
Desconto sobre o Aux 11% PAT - Conforme CCT	%	11,00%	R\$ 48,40	1	R\$ 48,40
Total do Submódulo 4.1			R\$ 391,60		R\$ 391,60
Módulo 5 - OUTROS BENEFÍCIOS					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Assistência Médica	R\$	1	R\$ -	1	R\$ -
Auxílio Morte/Funeral	R\$	1	R\$ -	1	R\$ -
Benefício Social Familiar	R\$	1	R\$ 16,00	1	R\$ 16,00
Seguro de Vida	R\$	1	R\$ 2,54	1	R\$ 2,54
Total do Módulo 5			R\$ 18,54		R\$ 18,54
Módulo 7 - UNIFORMES E EPI'S PARA MOTORISTA					
Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Preço unitário	Subtotal	Custo mensal
UNIFORMES	Unidade	1	R\$ 35,17	R\$ 35,17	
Custo Total Mensal do Efetivo referente ao Módulo 7	Homem		1		R\$ 35,17

ESTIMATIVA MENSAL DE CUSTO POR FUNC.	R\$ 4.242,78
QUANTIDADE DE ASG	200
ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO MENSAL	R\$ 848.555,33

<b>COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS</b>					
<b>DEMAIS INCIDÊNCIAS</b>					
<b>Discriminação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço unitário</b>	<b>Subtotal</b>	<b>Total mensal</b>
Total despesas	Unidade	1	R\$ 4.242,78	R\$ 4.242,78	R\$ 848.555,33
Despesas administrativas/operacionais - custos indiretos	%	28,30%	R\$ 1.200,81	R\$ 1.200,81	R\$ 240.162,77
<b>Custo mensal</b>		200	R\$ 5.443,59	R\$ 5.443,59	<b>R\$ 1.088.718,10</b>
<b>VALOR MÃO DE OBRA ANUAL</b>					<b>R\$ 13.064.617,19</b>

UNIFORMES - ASG						
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	QNTD. ANUAL	VALOR UNIT.	PROP. MÊS	VALOR MENSAL
1	CALÇA		4	R\$ 40,00	0,33333333	R\$ 13,33
2	CAMISA		4	R\$ 40,00	0,33333333	R\$ 13,33
3	BOTA ANTIDERRAPANTE		2	R\$ 50,00	0,16666667	R\$ 8,33
4	CRACHÁ		1	R\$ 2,00	0,08333333	R\$ 0,17
5	LUVAS		288	R\$ 2,50	24	R\$ 60,00
6	MÁSCARAS		288	R\$ 1,00	24	R\$ 24,00
VALOR MENSAL PROPORCIONAL P/ FUNC.					R\$	35,17

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO	
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS	
PROJETO BÁSICO	
DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
<b>CUSTO INDIRETOS</b>	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	0,50%
GARANTIA DE SEGUROS	0,60%
RISCOS	0,70%
<b>TRIBUTOS</b>	
COFINS	3,00%
PIS/PASEP	0,65%
ISSQN	5,00%
CPRB	0,00%
DESPESAS FINANCEIRAS	7,00%
LUCRO	7,60%
<b>TOTAL BDI</b>	<b>28,30%</b>

ANEXO - COMPOSIÇÃO DO BDI

$$BDI = \left[ \frac{(1+(AC+S+R+G))(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1 \right] \times 100$$

Em que:

AC é a taxa de rateio da administração central;

S é uma taxa representativa de seguros;

R corresponde aos riscos e imprevistos;

G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em edital;

DF é a taxa representativa das despesas financeiras;

L corresponde à remuneração bruta do construtor;

I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).

BRUNO BREYNER MENDES  
 SOARES:02861353104  
 3104

Assinado de forma digital por BRUNO BREYNER MENDES  
 SOARES:02861353104  
 Dados: 2024.12.27 15:48:48 -03'00'

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO - GO</b>						
<b>SERVIÇOS 2024</b>						
<b>PROJETO BÁSICO</b>						
<b>RESUMO DE VALORES ITEM 01</b>						
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>TIPO</b>	<b>QNTD.</b>	<b>VALOR UNIT.</b>	<b>VALOR MENSAL</b>	<b>VALOR ANUAL</b>
1	ASSIS. ADM	QNTD. FUNC.	200,00	R\$ 3.629,66	R\$ 725.931,52	R\$ 8.711.178,22
<b>VALOR MENSAL</b>					<b>R\$</b>	<b>725.931,52</b>
<b>VALOR TOTAL 12 MESES</b>					<b>R\$</b>	<b>8.711.178,22</b>

**BRUNO BREYNER  
MENDES  
SOARES:028613  
53104**

Assinado de forma  
digital por BRUNO  
BREYNER MENDES  
SOARES:02861353104  
Dados: 2024.12.27  
15:19:04 -03'00'

## Cronograma Físico-Financeiro

LOCAL	1º Mês / 8,33%	2º Mês / 8,33%	3º Mês / 8,33%	4º Mês / 8,33%	5º Mês / 8,33%	6º Mês / 8,33%	7º Mês / 8,33%	8º Mês / 8,33%
SENADOR CANEDO	R\$ 725.931,52	R\$ 725.931,52	R\$ 725.931,52	R\$ 725.931,52	R\$ 725.931,52	R\$ 725.931,52	R\$ 725.931,52	R\$ 725.931,52
Total Acumulado	R\$ 725.931,52	R\$ 1.451.863,04	R\$ 2.177.794,55	R\$ 2.903.726,07	R\$ 3.629.657,59	R\$ 4.355.589,11	R\$ 5.081.520,63	R\$ 5.807.452,15

BRUNO BREYNER  
MENDES  
SOARES:02861353  
104

Assinado de forma digital  
por BRUNO BREYNER  
MENDES  
SOARES:02861353104  
Dados: 2024.12.27 15:19:14  
-03'00'

9° Mês / 8,33%	10° Mês / 8,33%	11° Mês / 8,33%	12° Mês / 8,33%
R\$ 725.931,52	R\$ 725.931,52	R\$ 725.931,52	R\$ 725.931,52
R\$ 6.533.383,66	R\$ 7.259.315,18	R\$ 7.985.246,70	R\$ 8.711.178,22

BRUNO  
BREYNER  
MENDES  
SOARES:0286  
1353104

Assinado de forma  
digital por BRUNO  
BREYNER MENDES  
SOARES:02861353  
104  
Dados: 2024.12.27  
15:19:25 -03'00'

## 1. MÃO DE OBRA DE ASG

## Módulo 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total
Salário Base	mês	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
Insalubridade (20%)	mês	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Total do Efetivo	homem	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00

## Módulo 2 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

## Submódulo 2.1- Encargos Previdenciários e FGTS

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
INSS	%	20,00%	R\$ 300,00	1	R\$ 300,00
FGTS	%	8,00%	R\$ 120,00	1	R\$ 120,00
SESI ou SESC	%	1,50%	R\$ 22,50	1	R\$ 22,50
SENAI OU SENAC	%	1,00%	R\$ 15,00	1	R\$ 15,00
INCRA	%	0,20%	R\$ 3,00	1	R\$ 3,00
SEBRAE	%	0,60%	R\$ 9,00	1	R\$ 9,00
Salário Educação	%	2,50%	R\$ 37,50	1	R\$ 37,50
RAT	%	3,00%	R\$ 45,00	1	R\$ 45,00
SECONCI	%	1,00%	R\$ 15,00	1	R\$ 15,00
Total do Submódulo 2.1		37,80%	R\$ 567,00		R\$ 567,00

## Submódulo 2.2 - 13º Salário e Adicional de Férias

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
13º Salário	%	8,33%	R\$ 124,95	1	R\$ 124,95
Adicional de Férias (terço Constitucional)	%	2,78%	R\$ 41,70	1	R\$ 41,70
Subtotal	%	11,11%	R\$ 166,65	1	R\$ 166,65
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o 13º e Adicional de Férias	%	4,09%	R\$ 61,35	1	R\$ 61,35
Total do Submódulo 2.2	%	15,20%	R\$ 228,00		R\$ 228,00

## Submódulo 2.3 - Afastamento Maternidade

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Afastamento Maternidade/Paternidade	%	0,03%	R\$ 0,45	1	R\$ 0,45
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o Afastamento	%	0,01%	R\$ 0,15	1	R\$ 0,15
Total do Submódulo 2.3	%	0,04%	R\$ 0,60		R\$ 0,60

## Submódulo 2.4 - Previsão para Rescisão

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Aviso Prévio Indenizado	%	0,42%	R\$ 6,30	1	R\$ 6,30
Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	%	0,17%	R\$ 2,55	1	R\$ 2,55
Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado	%	3,20%	R\$ 48,00	1	R\$ 48,00
Aviso Prévio Trabalhado	%	0,80%	R\$ 12,00	1	R\$ 12,00
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o Aviso Prévio Indenizado	%	0,03%	R\$ 0,45	1	R\$ 0,45
Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado	%	0,03%	R\$ 0,01	1	R\$ 0,01
Total do Submódulo 2.4	%	4,65%	R\$ 69,75		R\$ 69,75

## Submódulo 2.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Férias	%	8,33%	R\$ 124,95	1	R\$ 124,95
Ausência por doença	%	1,39%	R\$ 20,85	1	R\$ 20,85
Licença Paternidade	%	0,02%	R\$ 0,30	1	R\$ 0,30
Ausências legais	%	0,28%	R\$ 4,20	1	R\$ 4,20
Ausência por Acidente de Trabalho	%	0,33%	R\$ 4,95	1	R\$ 4,95
Contingência de Faltas	%	1,94%	R\$ 29,10	1	R\$ 29,10
Subtotal	%	12,29%	R\$ 184,35	1	R\$ 184,35
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o Custo de Reposição	%	4,53%	R\$ 67,95	1	R\$ 67,95
Total do Submódulo 2.5	%	16,82%	R\$ 252,30	1	R\$ 252,30

TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	%	74,47%	R\$ 1.117,05	1	R\$ 1.117,05
---	---	--------	--------------	---	--------------

BRUNO BREYNER MENDES  
 SOARES:02861353104  
 3104

Assinado de forma digital por BRUNO BREYNER MENDES  
 SOARES:02861353104  
 Dados: 2024.12.27 15:19:36 -03'00'

Módulo 3 - VALE TRANSPORTE					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Vale Transporte (Menos 6% do Salário Base) =223,60-90	%	6%	R\$ 133,60	1	R\$ 133,60
Total do Módulo 3					R\$ 133,60
Módulo 4 - VALE ALIMENTAÇÃO E "DESJEJUM"					
Submódulo 4.1 - VALE ALIMENTAÇÃO					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Valor do Vale Alimentação	vale	1	R\$ 440,00	1	R\$ 440,00
Desconto sobre o Aux 11% PAT - Conforme CCT	%	11,00%	R\$ 48,40	1	R\$ 48,40
Total do Submódulo 4.1			R\$ 391,60		R\$ 391,60
Módulo 5 - OUTROS BENEFÍCIOS					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Assistência Médica	R\$	1	R\$ -	1	R\$ -
Auxílio Morte/Funeral	R\$	1	R\$ -	1	R\$ -
Benefício Social Familiar	R\$	1	R\$ 16,00	1	R\$ 16,00
Seguro de Vida	R\$	1	R\$ 2,54	1	R\$ 2,54
Total do Módulo 5			R\$ 18,54		R\$ 18,54
Módulo 7 - UNIFORMES E EPI'S PARA MOTORISTA					
Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Preço unitário	Subtotal	Custo mensal
UNIFORMES	Unidade	1	R\$ 27,33	R\$ 27,33	
Custo Total Mensal do Efetivo referente ao Módulo 7	Homem		1		R\$ 27,33

ESTIMATIVA MENSAL DE CUSTO POR FUNC.	R\$	3.188,12
QUANTIDADE DE ASSIS. ADM.		10
ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO MENSAL	R\$	31.881,21

<b>COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS</b>					
<b>DEMAIS INCIDÊNCIAS</b>					
<b>Discriminação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço unitário</b>	<b>Subtotal</b>	<b>Total mensal</b>
Total despesas	Unidade	1	R\$ 3.188,12	R\$ 3.188,12	R\$ 637.624,12
Despesas administrativas/operacionais - custos indiretos	%	13,85%	R\$ 441,54	R\$ 441,54	R\$ 88.307,40
<b>Custo mensal</b>		200	R\$ 3.629,66	R\$ 3.629,66	<b>R\$ 725.931,52</b>
<b>VALOR MÃO DE OBRA ANUAL</b>					<b>R\$ 8.711.178,22</b>

UNIFORMES - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO						
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	QNTD. ANUAL	VALOR UNIT.	PROP. MÊS	VALOR MENSAL
1	CAMISA		4	R\$ 40,00	0,3333	R\$ 13,33
2	CRACHÁ		1	R\$ 2,00	0,3333	R\$ 0,67
3	CALÇA		4	R\$ 40,00	0,3333	R\$ 13,33
VALOR MENSAL PROPORCIONAL P/ FUNC.					R\$	27,33

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO	
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS	
PROJETO BÁSICO	
DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
<b>CUSTO INDIRETOS</b>	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	0,50%
GARANTIA DE SEGUROS	0,50%
RISCOS	0,50%
<b>TRIBUTOS</b>	
COFINS	3,00%
PIS/PASEP	0,65%
ISSQN	5,00%
CPRB	0,00%
DESPESAS FINANCEIRAS	1,00%
LUCRO	1,45%
<b>TOTAL BDI</b>	<b>13,85%</b>

ANEXO - COMPOSIÇÃO DO BDI

$$BDI = \left[ \frac{(1+(AC+S+R+G))(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1 \right] \times 100$$

Em que:

AC é a taxa de rateio da administração central;

S é uma taxa representativa de seguros;

R corresponde aos riscos e imprevistos;

G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em edital;

DF é a taxa representativa das despesas financeiras;

L corresponde à remuneração bruta do construtor;

I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).

BRUNO  
BREYNER  
MENDES  
SOARES:028613  
53104

Assinado de forma  
digital por BRUNO  
BREYNER MENDES  
SOARES:02861353104  
Dados: 2024.12.27  
15:19:54 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO - GO						
SERVIÇOS 2024						
PROJETO BÁSICO						
RESUMO DE VALORES						
ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	QNTD.	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
2	COPEIRO	QNTD. FUNC.	10,00	R\$ 4.297,99	R\$ 42.979,91	R\$ 515.758,92
VALOR MENSAL					R\$	42.979,91
VALOR TOTAL 12 MESES					R\$	515.758,92

BRUNO BREYNER MENDES  
 SOARES:02861353104

Assinado de forma digital por BRUNO BREYNER MENDES  
 SOARES:02861353104  
 Dados: 2024.12.27 15:33:02 -03'00'

## Cronograma Físico-Financeiro

LOCAL	1° Mês / 8,33%	2° Mês / 8,33%	3° Mês / 8,33%	4° Mês / 8,33%	5° Mês / 8,33%	6° Mês / 8,33%	7° Mês / 8,33%	8° Mês / 8,33%
SENADOR CANEDO	R\$ 42.979,91	R\$ 42.979,91	R\$ 42.979,91	R\$ 42.979,91	R\$ 42.979,91	R\$ 42.979,91	R\$ 42.979,91	R\$ 42.979,91
Total Acumulado	R\$ 42.979,91	R\$ 85.959,82	R\$ 128.939,73	R\$ 171.919,64	R\$ 214.899,55	R\$ 257.879,46	R\$ 300.859,37	R\$ 343.839,28

**BRUNO BREYNER MENDES**  
**SOARES:02861353104**  
**3104**

Assinado de forma digital por BRUNO BREYNER MENDES  
SOARES:02861353104  
Dados: 2024.12.27 15:33:19 -03'00'

9° Mês / 8,33%	10° Mês / 8,33%	11° Mês / 8,33%	12° Mês / 8,33%
R\$ 42.979,91	R\$ 42.979,91	R\$ 42.979,91	R\$ 42.979,91
R\$ 386.819,19	R\$ 429.799,10	R\$ 472.779,01	R\$ 515.758,92

BRUNO  
BREYNER  
MENDES  
SOARES:028613  
53104

Assinado de forma  
digital por BRUNO  
BREYNER MENDES  
SOARES:02861353104  
Dados: 2024.12.27  
15:33:30 -03'00'

## 1. MÃO DE OBRA DE ASG

## Módulo 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total
Salário Base	mês	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
Insalubridade (20%)	mês	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Total do Efetivo	homem	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00

## Módulo 2 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

## Submódulo 2.1- Encargos Previdenciários e FGTS

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
INSS	%	20,00%	R\$ 300,00	1	R\$ 300,00
FGTS	%	8,00%	R\$ 120,00	1	R\$ 120,00
SESI ou SESC	%	1,50%	R\$ 22,50	1	R\$ 22,50
SENAI OU SENAC	%	1,00%	R\$ 15,00	1	R\$ 15,00
INCRA	%	0,20%	R\$ 3,00	1	R\$ 3,00
SEBRAE	%	0,60%	R\$ 9,00	1	R\$ 9,00
Salário Educação	%	2,50%	R\$ 37,50	1	R\$ 37,50
RAT	%	3,00%	R\$ 45,00	1	R\$ 45,00
SECONCI	%	1,00%	R\$ 15,00	1	R\$ 15,00
Total do Submódulo 2.1		37,80%	R\$ 567,00		R\$ 567,00

## Submódulo 2.2 - 13º Salário e Adicional de Férias

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
13º Salário	%	8,33%	R\$ 124,95	1	R\$ 124,95
Adicional de Férias (terço Constitucional)	%	2,78%	R\$ 41,70	1	R\$ 41,70
Subtotal	%	11,11%	R\$ 166,65	1	R\$ 166,65
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o 13º e Adicional de Férias	%	4,09%	R\$ 61,35	1	R\$ 61,35
Total do Submódulo 2.2	%	15,20%	R\$ 228,00		R\$ 228,00

## Submódulo 2.3 - Afastamento Maternidade

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Afastamento Maternidade/Paternidade	%	0,03%	R\$ 0,45	1	R\$ 0,45
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o Afastamento	%	0,01%	R\$ 0,15	1	R\$ 0,15
Total do Submódulo 2.3	%	0,04%	R\$ 0,60		R\$ 0,60

## Submódulo 2.4 - Previsão para Rescisão

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Aviso Prévio Indenizado	%	0,42%	R\$ 6,30	1	R\$ 6,30
Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	%	0,17%	R\$ 2,55	1	R\$ 2,55
Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado	%	3,20%	R\$ 48,00	1	R\$ 48,00
Aviso Prévio Trabalhado	%	0,80%	R\$ 12,00	1	R\$ 12,00
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o Aviso Prévio Indenizado	%	0,03%	R\$ 0,45	1	R\$ 0,45
Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado	%	0,03%	R\$ 0,01	1	R\$ 0,01
Total do Submódulo 2.4	%	4,65%	R\$ 69,75		R\$ 69,75

## Submódulo 2.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Férias	%	8,33%	R\$ 124,95	1	R\$ 124,95
Ausência por doença	%	1,39%	R\$ 20,85	1	R\$ 20,85
Licença Paternidade	%	0,02%	R\$ 0,30	1	R\$ 0,30
Ausências legais	%	0,28%	R\$ 4,20	1	R\$ 4,20
Ausência por Acidente de Trabalho	%	0,33%	R\$ 4,95	1	R\$ 4,95
Contingência de Faltas	%	1,94%	R\$ 29,10	1	R\$ 29,10
Subtotal	%	12,29%	R\$ 184,35	1	R\$ 184,35
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o Custo de Reposição	%	4,53%	R\$ 67,95	1	R\$ 67,95
Total do Submódulo 2.5	%	16,82%	R\$ 252,30	1	R\$ 252,30

<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>	%	74,47%	R\$ 1.117,05	1	R\$ 1.117,05
--	---	--------	--------------	---	--------------

Módulo 3 - VALE TRANSPORTE					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Vale Transporte (Menos 6% do Salário Base) =223,60-90	%	6%	R\$ 133,60	1	R\$ 133,60
Total do Módulo 3					R\$ 133,60
Módulo 4 - VALE ALIMENTAÇÃO E "DESJEJUM"					
Submódulo 4.1 - VALE ALIMENTAÇÃO					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Valor do Vale Alimentação	vale	1	R\$ 440,00	1	R\$ 440,00
Desconto sobre o Aux 11% PAT - Conforme CCT	%	11,00%	R\$ 48,40	1	R\$ 48,40
Total do Submódulo 4.1			R\$ 391,60		R\$ 391,60
Módulo 5 - OUTROS BENEFÍCIOS					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Assistência Médica	R\$	1	R\$ -	1	R\$ -
Auxílio Morte/Funeral	R\$	1	R\$ -	1	R\$ -
Benefício Social Familiar	R\$	1	R\$ 16,00	1	R\$ 16,00
Seguro de Vida	R\$	1	R\$ 2,54	1	R\$ 2,54
Total do Módulo 5			R\$ 18,54		R\$ 18,54
Módulo 7 - UNIFORMES E EPI'S PARA MOTORISTA					
Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Preço unitário	Subtotal	Custo mensal
UNIFORMES	Unidade	1	R\$ 26,83	R\$ 26,83	
Custo Total Mensal do Efetivo referente ao Módulo 7	Homem		1		R\$ 26,83

ESTIMATIVA MENSAL DE CUSTO POR FUNC.	R\$	3.187,62
QUANTIDADE DE COPEIRO		10
ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO MENSAL	R\$	31.876,23

<b>COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS</b>					
<b>DEMAIS INCIDÊNCIAS</b>					
<b>Discriminação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço unitário</b>	<b>Subtotal</b>	<b>Total mensal</b>
Total despesas	Unidade	1	R\$ 3.187,62	R\$ 3.187,62	R\$ 31.876,23
Despesas administrativas/operacionais - custos indiretos	%	34,83%	R\$ 1.110,37	R\$ 1.110,37	R\$ 11.103,68
<b>Custo mensal</b>		10	R\$ 4.297,99	R\$ 4.297,99	<b>R\$ 42.979,91</b>
<b>VALOR MÃO DE OBRA ANUAL</b>					<b>R\$ 515.758,92</b>

**BRUNO BREYNER  
MENDES**

**SOARES:0286135310**

**4**

Assinado de forma digital por  
BRUNO BREYNER MENDES  
SOARES:02861353104  
Dados: 2024.12.27 15:33:46  
-03'00'

UNIFORMES - COPEIRO						
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	QNTD. ANUAL	VALOR UNIT.	PROP. MÊS	VALOR MENSAL
1	CALÇA		4	R\$ 40,00	0,33333333	R\$ 13,33
2	CAMISA		4	R\$ 40,00	0,33333333	R\$ 13,33
3	CRACHÁ		1	R\$ 2,00	0,08333333	R\$ 0,17
VALOR MENSAL PROPORCIONAL P/ FUNC.					R\$	26,83

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO	
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS	
PROJETO BÁSICO	
DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
<b>CUSTO INDIRETOS</b>	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	0,90%
GARANTIA DE SEGUROS	1,50%
RISCOS	1,70%
<b>TRIBUTOS</b>	
COFINS	3,00%
PIS/PASEP	0,65%
ISSQN	5,00%
CPRB	0,00%
DESPESAS FINANCEIRAS	8,55%
LUCRO	9,00%
<b>TOTAL BDI</b>	<b>34,83%</b>

ANEXO - COMPOSIÇÃO DO BDI

$$BDI = \left[ \frac{(1+(AC+S+R+G))(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1 \right] \times 100$$

Em que:

AC é a taxa de rateio da administração central;

S é uma taxa representativa de seguros;

R corresponde aos riscos e imprevistos;

G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em edital;

DF é a taxa representativa das despesas financeiras;

L corresponde à remuneração bruta do construtor;

I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).

**BRUNO BREYNER  
MENDES  
SOARES:028613  
53104**

Assinado de forma  
digital por BRUNO  
BREYNER MENDES  
SOARES:02861353104  
Dados: 2024.12.27  
15:34:00 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO - GO						
SERVIÇOS 2024						
PROJETO BÁSICO						
RESUMO DE VALORES ITEM 03						
ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	QNTD.	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
3	MOTORISTA CAT B	QNTD. FUNC.	50,00	R\$ 3.669,09	R\$ 183.454,28	R\$ 2.201.451,40
VALOR MENSAL					R\$	183.454,28
VALOR TOTAL 12 MESES					R\$	2.201.451,40

BRUNO BREYNER  
MENDES  
SOARES:028613  
53104

Assinado de forma  
digital por BRUNO  
BREYNER MENDES  
SOARES:02861353104  
Dados: 2024.12.27  
15:38:06 -03'00'

## Cronograma Físico-Financeiro

LOCAL	1º Mês / 8,33%	2º Mês / 8,33%	3º Mês / 8,33%	4º Mês / 8,33%	5º Mês / 8,33%	6º Mês / 8,33%	7º Mês / 8,33%	8º Mês / 8,33%
SENADOR CANEDO	R\$ 183.454,28	R\$ 183.454,28	R\$ 183.454,28	R\$ 183.454,28	R\$ 183.454,28	R\$ 183.454,28	R\$ 183.454,28	R\$ 183.454,28
Total Acumulado	R\$ 183.454,28	R\$ 366.908,57	R\$ 550.362,85	R\$ 733.817,13	R\$ 917.271,42	R\$ 1.100.725,70	R\$ 1.284.179,99	R\$ 1.467.634,27

9° Mês / 8,33%	10° Mês / 8,33%	11° Mês / 8,33%	12° Mês / 8,33%
R\$ 183.454,28	R\$ 183.454,28	R\$ 183.454,28	R\$ 183.454,28
R\$ 1.651.088,55	R\$ 1.834.542,84	R\$ 2.017.997,12	R\$ 2.201.451,40

## 1. MÃO DE OBRA DE ASG

## Módulo 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total
Salário Base	mês	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
Insalubridade (20%)	mês	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Total do Efetivo	homem	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00

## Módulo 2 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

## Submódulo 2.1- Encargos Previdenciários e FGTS

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
INSS	%	20,00%	R\$ 300,00	1	R\$ 300,00
FGTS	%	8,00%	R\$ 120,00	1	R\$ 120,00
SESI ou SESC	%	1,50%	R\$ 22,50	1	R\$ 22,50
SENAI OU SENAC	%	1,00%	R\$ 15,00	1	R\$ 15,00
INCRA	%	0,20%	R\$ 3,00	1	R\$ 3,00
SEBRAE	%	0,60%	R\$ 9,00	1	R\$ 9,00
Salário Educação	%	2,50%	R\$ 37,50	1	R\$ 37,50
RAT	%	3,00%	R\$ 45,00	1	R\$ 45,00
SECONCI	%	1,00%	R\$ 15,00	1	R\$ 15,00
Total do Submódulo 2.1		37,80%	R\$ 567,00		R\$ 567,00

## Submódulo 2.2 - 13º Salário e Adicional de Férias

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
13º Salário	%	8,33%	R\$ 124,95	1	R\$ 124,95
Adicional de Férias (terço Constitucional)	%	2,78%	R\$ 41,70	1	R\$ 41,70
Subtotal	%	11,11%	R\$ 166,65	1	R\$ 166,65
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o 13º e Adicional de Férias	%	4,09%	R\$ 61,35	1	R\$ 61,35
Total do Submódulo 2.2	%	15,20%	R\$ 228,00		R\$ 228,00

## Submódulo 2.3 - Afastamento Maternidade

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Afastamento Maternidade/Paternidade	%	0,03%	R\$ 0,45	1	R\$ 0,45
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o Afastamento	%	0,01%	R\$ 0,15	1	R\$ 0,15
Total do Submódulo 2.3	%	0,04%	R\$ 0,60		R\$ 0,60

## Submódulo 2.4 - Previsão para Rescisão

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Aviso Prévio Indenizado	%	0,42%	R\$ 6,30	1	R\$ 6,30
Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	%	0,17%	R\$ 2,55	1	R\$ 2,55
Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado	%	3,20%	R\$ 48,00	1	R\$ 48,00
Aviso Prévio Trabalhado	%	0,80%	R\$ 12,00	1	R\$ 12,00
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o Aviso Prévio Indenizado	%	0,03%	R\$ 0,45	1	R\$ 0,45
Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado	%	0,03%	R\$ 0,01	1	R\$ 0,01
Total do Submódulo 2.4	%	4,65%	R\$ 69,75		R\$ 69,75

## Submódulo 2.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Férias	%	8,33%	R\$ 124,95	1	R\$ 124,95
Ausência por doença	%	1,39%	R\$ 20,85	1	R\$ 20,85
Licença Paternidade	%	0,02%	R\$ 0,30	1	R\$ 0,30
Ausências legais	%	0,28%	R\$ 4,20	1	R\$ 4,20
Ausência por Acidente de Trabalho	%	0,33%	R\$ 4,95	1	R\$ 4,95
Contingência de Faltas	%	1,94%	R\$ 29,10	1	R\$ 29,10
Subtotal	%	12,29%	R\$ 184,35	1	R\$ 184,35
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o Custo de Reposição	%	4,53%	R\$ 67,95	1	R\$ 67,95
Total do Submódulo 2.5	%	16,82%	R\$ 252,30	1	R\$ 252,30

<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>	%	74,47%	R\$ 1.117,05	1	R\$ 1.117,05
--	---	--------	--------------	---	--------------

Módulo 3 - VALE TRANSPORTE					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Vale Transporte (Menos 6% do Salário Base) =223,60-90	%	6%	R\$ 133,60	1	R\$ 133,60
Total do Módulo 3			R\$ 133,60		R\$ 133,60

**Módulo 4 - VALE ALIMENTAÇÃO E "DESJEJUM"**

**Submódulo 4.1 - VALE ALIMENTAÇÃO**

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Valor do Vale Alimentação	vale	1	R\$ 440,00	1	R\$ 440,00
Desconto sobre o Aux 11% PAT - Conforme CCT	%	11,00%	R\$ 48,40	1	R\$ 48,40
Total do Submódulo 4.1			R\$ 391,60		R\$ 391,60

**Módulo 5 - OUTROS BENEFÍCIOS**

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Assistência Médica	R\$	1	R\$ -	1	R\$ -
Auxílio Morte/Funeral	R\$	1	R\$ -	1	R\$ -
Benefício Social Familiar	R\$	1	R\$ 16,00	1	R\$ 16,00
Seguro de Vida	R\$	1	R\$ 2,54	1	R\$ 2,54
Total do Módulo 5			R\$ 18,54		R\$ 18,54

**Módulo 7 - UNIFORMES E EPI'S PARA MOTORISTA**

Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Preço unitário	Subtotal	Custo mensal
UNIFORMES	Unidade	1	R\$ 35,17	R\$ 35,17	
Custo Total Mensal do Efetivo referente ao Módulo 7	Homem		1		R\$ 35,17

ESTIMATIVA MENSAL DE CUSTO POR FUNC.	R\$	3.195,96
QUANTIDADE DE MOTORISTA CAT B		50
ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO MENSAL	R\$	159.797,83

<b>COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS</b>					
<b>DEMAIS INCIDÊNCIAS</b>					
<b>Discriminação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço unitário</b>	<b>Subtotal</b>	<b>Total mensal</b>
Total despesas	Unidade	1	R\$ 3.195,96	R\$ 3.195,96	R\$ 159.797,83
Despesas administrativas/operacionais - custos indiretos	%	14,80%	R\$ 473,13	R\$ 473,13	R\$ 23.656,45
<b>Custo mensal</b>		50	R\$ 3.669,09	R\$ 3.669,09	<b>R\$ 183.454,28</b>
<b>VALOR MÃO DE OBRA ANUAL</b>					<b>R\$ 2.201.451,40</b>

UNIFORMES - MOTORISTA CAT B						
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	QNTD. ANUAL	VALOR UNIT.	PROP. MÊS	VALOR MENSAL
1	CALÇA		4	R\$ 40,00	0,33333333	R\$ 13,33
2	CAMISA		4	R\$ 40,00	0,33333333	R\$ 13,33
3	BOTA ANTIDERRAPANTE		2	R\$ 50,00	0,16666667	R\$ 8,33
4	CRACHÁ		1	R\$ 2,00	0,08333333	R\$ 0,17
VALOR MENSAL PROPORCIONAL P/ FUNC.					R\$	35,17

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO	
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS	
PROJETO BÁSICO	
DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
<b>CUSTO INDIRETOS</b>	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	0,30%
GARANTIA DE SEGUROS	0,30%
RISCOS	0,30%
<b>TRIBUTOS</b>	
COFINS	3,00%
PIS/PASEP	0,65%
ISSQN	5,00%
CPRB	0,00%
DESPESAS FINANCEIRAS	1,90%
LUCRO	2,00%
<b>TOTAL BDI</b>	<b>14,80%</b>

ANEXO - COMPOSIÇÃO DO BDI

$$BDI = \left[ \frac{(1+(AC+S+R+G))(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1 \right] \times 100$$

Em que:

AC é a taxa de rateio da administração central;

S é uma taxa representativa de seguros;

R corresponde aos riscos e imprevistos;

G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em edital;

DF é a taxa representativa das despesas financeiras;

L corresponde à remuneração bruta do construtor;

I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).

**BRUNO  
BREYNER  
MENDES  
SOARES:028613  
53104**

Assinado de forma digital por BRUNO BREYNER MENDES SOARES:02861353104  
Dados: 2024.12.27 15:38:16 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO - GO						
SERVIÇOS 2024						
PROJETO BÁSICO						
RESUMO DE VALORES						
ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	QNTD.	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
4	RECEPCIONISTA	QNTD. FUNC.	100,00	R\$ 3.539,96	R\$ 353.996,20	R\$ 4.247.954,41
VALOR MENSAL					R\$	353.996,20
VALOR TOTAL 12 MESES					R\$	4.247.954,41

BRUNO BREYNER  
 MENDES  
 SOARES:028613  
 53104

Assinado de forma digital por BRUNO BREYNER MENDES  
 SOARES:02861353104  
 Dados: 2024.12.27 15:44:34 -03'00'

## Cronograma Físico-Financeiro

LOCAL	1° Mês / 8,33%	2° Mês / 8,33%	3° Mês / 8,33%	4° Mês / 8,33%	5° Mês / 8,33%	6° Mês / 8,33%	7° Mês / 8,33%	8° Mês / 8,33%
SENADOR CANEDO	R\$ 353.996,20	R\$ 353.996,20	R\$ 353.996,20	R\$ 353.996,20	R\$ 353.996,20	R\$ 353.996,20	R\$ 353.996,20	R\$ 353.996,20
Total Acumulado	R\$ 353.996,20	R\$ 707.992,40	R\$ 1.061.988,60	R\$ 1.415.984,80	R\$ 1.769.981,01	R\$ 2.123.977,21	R\$ 2.477.973,41	R\$ 2.831.969,61

9° Mês / 8,33%	10° Mês / 8,33%	11° Mês / 8,33%	12° Mês / 8,33%
R\$ 353.996,20	R\$ 353.996,20	R\$ 353.996,20	R\$ 353.996,20
R\$ 3.185.965,81	R\$ 3.539.962,01	R\$ 3.893.958,21	R\$ 4.247.954,41

## 1. MÃO DE OBRA DE ASG

## Módulo 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total
Salário Base	mês	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
Insalubridade (20%)	mês	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Total do Efetivo	homem	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00

## Módulo 2 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

## Submódulo 2.1- Encargos Previdenciários e FGTS

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
INSS	%	20,00%	R\$ 300,00	1	R\$ 300,00
FGTS	%	8,00%	R\$ 120,00	1	R\$ 120,00
SESI ou SESC	%	1,50%	R\$ 22,50	1	R\$ 22,50
SENAI OU SENAC	%	1,00%	R\$ 15,00	1	R\$ 15,00
INCRA	%	0,20%	R\$ 3,00	1	R\$ 3,00
SEBRAE	%	0,60%	R\$ 9,00	1	R\$ 9,00
Salário Educação	%	2,50%	R\$ 37,50	1	R\$ 37,50
RAT	%	3,00%	R\$ 45,00	1	R\$ 45,00
SECONCI	%	1,00%	R\$ 15,00	1	R\$ 15,00
Total do Submódulo 2.1		37,80%	R\$ 567,00		R\$ 567,00

## Submódulo 2.2 - 13º Salário e Adicional de Férias

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
13º Salário	%	8,33%	R\$ 124,95	1	R\$ 124,95
Adicional de Férias (terço Constitucional)	%	2,78%	R\$ 41,70	1	R\$ 41,70
Subtotal	%	11,11%	R\$ 166,65	1	R\$ 166,65
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o 13º e Adicional de Férias	%	4,09%	R\$ 61,35	1	R\$ 61,35
Total do Submódulo 2.2	%	15,20%	R\$ 228,00		R\$ 228,00

## Submódulo 2.3 - Afastamento Maternidade

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Afastamento Maternidade/Paternidade	%	0,03%	R\$ 0,45	1	R\$ 0,45
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o Afastamento	%	0,01%	R\$ 0,15	1	R\$ 0,15
Total do Submódulo 2.3	%	0,04%	R\$ 0,60		R\$ 0,60

## Submódulo 2.4 - Previsão para Rescisão

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Aviso Prévio Indenizado	%	0,42%	R\$ 6,30	1	R\$ 6,30
Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	%	0,17%	R\$ 2,55	1	R\$ 2,55
Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado	%	3,20%	R\$ 48,00	1	R\$ 48,00
Aviso Prévio Trabalhado	%	0,80%	R\$ 12,00	1	R\$ 12,00
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o Aviso Prévio Indenizado	%	0,03%	R\$ 0,45	1	R\$ 0,45
Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado	%	0,03%	R\$ 0,01	1	R\$ 0,01
Total do Submódulo 2.4	%	4,65%	R\$ 69,75		R\$ 69,75

## Submódulo 2.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Férias	%	8,33%	R\$ 124,95	1	R\$ 124,95
Ausência por doença	%	1,39%	R\$ 20,85	1	R\$ 20,85
Licença Paternidade	%	0,02%	R\$ 0,30	1	R\$ 0,30
Ausências legais	%	0,28%	R\$ 4,20	1	R\$ 4,20
Ausência por Acidente de Trabalho	%	0,33%	R\$ 4,95	1	R\$ 4,95
Contingência de Faltas	%	1,94%	R\$ 29,10	1	R\$ 29,10
Subtotal	%	12,29%	R\$ 184,35	1	R\$ 184,35
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o Custo de Reposição	%	4,53%	R\$ 67,95	1	R\$ 67,95
Total do Submódulo 2.5	%	16,82%	R\$ 252,30	1	R\$ 252,30

TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	%	74,47%	R\$ 1.117,05	1	R\$ 1.117,05
---	---	--------	--------------	---	--------------

Módulo 3 - VALE TRANSPORTE					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Vale Transporte (Menos 6% do Salário Base) =223,60-90	%	6%	R\$ 133,60	1	R\$ 133,60
Total do Módulo 3			R\$ 133,60		R\$ 133,60

Módulo 4 - VALE ALIMENTAÇÃO E "DESJEJUM"					
Submódulo 4.1 - VALE ALIMENTAÇÃO					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Valor do Vale Alimentação	vale	1	R\$ 440,00	1	R\$ 440,00
Desconto sobre o Aux 11% PAT - Conforme CCT	%	11,00%	R\$ 48,40	1	R\$ 48,40
Total do Submódulo 4.1			R\$ 391,60		R\$ 391,60

Módulo 5 - OUTROS BENEFÍCIOS					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Assistência Médica	R\$	1	R\$ -	1	R\$ -
Auxílio Morte/Funeral	R\$	1	R\$ -	1	R\$ -
Benefício Social Familiar	R\$	1	R\$ 16,00	1	R\$ 16,00
Seguro de Vida	R\$	1	R\$ 2,54	1	R\$ 2,54
Total do Módulo 5			R\$ 18,54		R\$ 18,54

Módulo 7 - UNIFORMES E EPI'S PARA MOTORISTA					
Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Preço unitário	Subtotal	Custo mensal
UNIFORMES	Unidade	1	R\$ 35,17	R\$ 35,17	
Custo Total Mensal do Efetivo referente ao Módulo 7	Homem		1		R\$ 35,17

ESTIMATIVA MENSAL DE CUSTO POR FUNC.	R\$ 3.195,96
QUANTIDADE DE RECEPCIONISTA	100
ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO MENSAL	R\$ 319.595,67

<b>COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS</b>					
<b>DEMAIS INCIDÊNCIAS</b>					
<b>Discriminação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço unitário</b>	<b>Subtotal</b>	<b>Total mensal</b>
Total despesas	Unidade	1	R\$ 3.195,96	R\$ 3.195,96	R\$ 319.595,67
Despesas administrativas/operacionais - custos indiretos	%	10,76%	R\$ 344,01	R\$ 344,01	R\$ 34.400,53
<b>Custo mensal</b>		100	R\$ 3.539,96	R\$ 3.539,96	<b>R\$ 353.996,20</b>
<b>VALOR MÃO DE OBRA ANUAL</b>					<b>R\$ 4.247.954,41</b>

UNIFORMES - RECEPCIONISTA						
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	QNTD. ANUAL	VALOR UNIT.	PROP. MÊS	VALOR MENSAL
1	CALÇA		4	R\$ 40,00	0,33333333	R\$ 13,33
2	CAMISA		4	R\$ 40,00	0,33333333	R\$ 13,33
3	BOTA ANTIDERRAPANTE		2	R\$ 50,00	0,16666667	R\$ 8,33
4	CRACHÁ		1	R\$ 2,00	0,08333333	R\$ 0,17
VALOR MENSAL PROPORCIONAL P/ FUNC.					R\$	35,17

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO	
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS	
PROJETO BÁSICO	
DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
<b>CUSTO INDIRETOS</b>	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	0,30%
GARANTIA DE SEGUROS	0,30%
RISCOS	0,30%
<b>TRIBUTOS</b>	
COFINS	3,00%
PIS/PASEP	0,65%
ISSQN	5,00%
CPRB	0,00%
DESPESAS FINANCEIRAS	0,10%
LUCRO	0,18%
<b>TOTAL BDI</b>	<b>10,76%</b>

ANEXO - COMPOSIÇÃO DO BDI

$$BDI = \left[ \frac{(1+(AC+S+R+G))(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1 \right] \times 100$$

Em que:

AC é a taxa de rateio da administração central;

S é uma taxa representativa de seguros;

R corresponde aos riscos e imprevistos;

G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em edital;

DF é a taxa representativa das despesas financeiras;

L corresponde à remuneração bruta do construtor;

I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).

BRUNO  
BREYNER  
MENDES  
SOARES:028613  
53104

Assinado de forma  
digital por BRUNO  
BREYNER MENDES  
SOARES:02861353104  
Dados: 2024.12.27  
15:44:43 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO - GO						
SERVIÇOS 2024						
PROJETO BÁSICO						
RESUMO DE VALORES						
ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	QNTD.	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
6	TÉC. EM SEG. DO TRABALHO	QNTD. FUNC.	6,00	R\$ 8.121,84	R\$ 48.731,04	R\$ 584.772,47
VALOR MENSAL					R\$	48.731,04
VALOR TOTAL 12 MESES					R\$	584.772,47

BRUNO BREYNER MENDES  
 SOARES:02861353104  
 3104

Assinado de forma digital por BRUNO BREYNER MENDES  
 SOARES:02861353104  
 Dados: 2024.12.27 15:52:40 -03'00'

## Cronograma Físico-Financeiro

LOCAL	1° Mês / 8,33%	2° Mês / 8,33%	3° Mês / 8,33%	4° Mês / 8,33%	5° Mês / 8,33%	6° Mês / 8,33%	7° Mês / 8,33%	8° Mês / 8,33%
SENADOR CANEDO	R\$ 48.731,04	R\$ 48.731,04	R\$ 48.731,04	R\$ 48.731,04	R\$ 48.731,04	R\$ 48.731,04	R\$ 48.731,04	R\$ 48.731,04
Total Acumulado	R\$ 48.731,04	R\$ 97.462,08	R\$ 146.193,12	R\$ 194.924,16	R\$ 243.655,19	R\$ 292.386,23	R\$ 341.117,27	R\$ 389.848,31

9° Mês / 8,33%	10° Mês / 8,33%	11° Mês / 8,33%	12° Mês / 8,33%
R\$ 48.731,04	R\$ 48.731,04	R\$ 48.731,04	R\$ 48.731,04
R\$ 438.579,35	R\$ 487.310,39	R\$ 536.041,43	R\$ 584.772,47

## 1. MÃO DE OBRA DE ASG

## Módulo 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Subtotal	Total
Salário Base	mês	1	R\$ 3.239,23	R\$ 3.239,23	R\$ 3.239,23
Insalubridade (40%)	mês	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Total do Efetivo	homem	1	R\$ 3.239,23	R\$ 3.239,23	R\$ 3.239,23

## Módulo 2 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

## Submódulo 2.1- Encargos Previdenciários e FGTS

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
INSS	%	20,00%	R\$ 647,85	1	R\$ 647,85
FGTS	%	8,00%	R\$ 259,14	1	R\$ 259,14
SESI ou SESC	%	1,50%	R\$ 48,59	1	R\$ 48,59
SENAI OU SENAC	%	1,00%	R\$ 32,39	1	R\$ 32,39
INCRA	%	0,20%	R\$ 6,48	1	R\$ 6,48
SEBRAE	%	0,60%	R\$ 19,44	1	R\$ 19,44
Salário Educação	%	2,50%	R\$ 80,98	1	R\$ 80,98
RAT	%	3,00%	R\$ 97,18	1	R\$ 97,18
SECONCI	%	1,00%	R\$ 32,39	1	R\$ 32,39
Total do Submódulo 2.1		37,80%	R\$ 1.224,43		R\$ 1.224,43

## Submódulo 2.2 - 13º Salário e Adicional de Férias

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
13º Salário	%	8,33%	R\$ 269,83	1	R\$ 269,83
Adicional de Férias (terço Constitucional)	%	2,78%	R\$ 90,05	1	R\$ 90,05
Subtotal	%	11,11%	R\$ 359,88	1	R\$ 359,88
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o 13º e Adicional de Férias	%	4,09%	R\$ 132,48	1	R\$ 132,48
Total do Submódulo 2.2	%	15,20%	R\$ 492,36		R\$ 492,36

## Submódulo 2.3 - Afastamento Maternidade

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Afastamento Maternidade/Paternidade	%	0,03%	R\$ 0,97	1	R\$ 0,97
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o Afastamento	%	0,01%	R\$ 0,32	1	R\$ 0,32
Total do Submódulo 2.3	%	0,04%	R\$ 1,30		R\$ 1,30

## Submódulo 2.4 - Previsão para Rescisão

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Aviso Prévio Indenizado	%	0,42%	R\$ 13,60	1	R\$ 13,60
Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	%	0,17%	R\$ 5,51	1	R\$ 5,51
Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado	%	3,20%	R\$ 103,66	1	R\$ 103,66
Aviso Prévio Trabalhado	%	0,80%	R\$ 25,91	1	R\$ 25,91
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o Aviso Prévio Indenizado	%	0,03%	R\$ 0,97	1	R\$ 0,97
Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado	%	0,03%	R\$ 0,02	1	R\$ 0,02
Total do Submódulo 2.4	%	4,65%	R\$ 150,62		R\$ 150,62

## Submódulo 2.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Férias	%	8,33%	R\$ 269,83	1	R\$ 269,83
Ausência por doença	%	1,39%	R\$ 45,03	1	R\$ 45,03
Licença Paternidade	%	0,02%	R\$ 0,65	1	R\$ 0,65
Ausências legais	%	0,28%	R\$ 9,07	1	R\$ 9,07
Ausência por Acidente de Trabalho	%	0,33%	R\$ 10,69	1	R\$ 10,69
Contingência de Faltas	%	1,94%	R\$ 62,84	1	R\$ 62,84
Subtotal	%	12,29%	R\$ 398,10	1	R\$ 398,10
Incidência do Submódulo 2.1 sobre o Custo de Reposição	%	4,53%	R\$ 146,74	1	R\$ 146,74
Total do Submódulo 2.5	%	16,82%	R\$ 544,84	1	R\$ 544,84

<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>	%	74,47%	R\$ 2.412,25	1	R\$ 2.412,25
--	---	--------	--------------	---	--------------

Módulo 3 - VALE TRANSPORTE					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Vale Transporte (Menos 6% do Salário Base) =223,60-90	%	6%	R\$ 133,60	1	R\$ 133,60
Total do Módulo 3			R\$ 133,60		R\$ 133,60
Módulo 4 - VALE ALIMENTAÇÃO E "DESJEJUM"					
Submódulo 4.1 - VALE ALIMENTAÇÃO					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Valor do Vale Alimentação	vale	1	R\$ 440,00	1	R\$ 440,00
Desconto sobre o Aux 11% PAT - Conforme CCT	%	11,00%	R\$ 48,40	1	R\$ 48,40
Total do Submódulo 4.1			R\$ 391,60		R\$ 391,60
Módulo 5 - OUTROS BENEFÍCIOS					
Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Quantidade	Subtotal
Assistência Médica	R\$	1	R\$ -	1	R\$ -
Auxílio Morte/Funeral	R\$	1	R\$ -	1	R\$ -
Benefício Social Familiar	R\$	1	R\$ 16,00	1	R\$ 16,00
Seguro de Vida	R\$	1	R\$ 2,54	1	R\$ 2,54
Total do Módulo 5			R\$ 18,54		R\$ 18,54
Módulo 7 - UNIFORMES E EPI'S PARA MOTORISTA					
Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Preço unitário	Subtotal	Custo mensal
UNIFORMES	Unidade	1	R\$ 35,17	R\$ 35,17	
Custo Total Mensal do Efetivo referente ao Módulo 7	Homem		1		R\$ 35,17

ESTIMATIVA MENSAL DE CUSTO POR FUNC.	R\$	6.230,39
QUANTIDADE DE TÉCNICO		6
ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO MENSAL	R\$	37.382,35

<b>COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS</b>					
<b>DEMAIS INCIDÊNCIAS</b>					
<b>Discriminação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço unitário</b>	<b>Subtotal</b>	<b>Total mensal</b>
Total despesas	Unidade	1	R\$ 6.230,39	R\$ 6.230,39	R\$ 37.382,35
Despesas administrativas/operacionais - custos indiretos	%	30,36%	R\$ 1.891,45	R\$ 1.891,45	R\$ 11.348,69
<b>Custo mensal</b>		6	R\$ 8.121,84	R\$ 8.121,84	<b>R\$ 48.731,04</b>
<b>VALOR MÃO DE OBRA ANUAL</b>					<b>R\$ 584.772,47</b>

UNIFORMES - TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO						
ITEM	PEÇA	DESCRIÇÃO	QNTD. ANUAL	VALOR UNIT.	PROP. MÊS	VALOR MENSAL
1	CALÇA		4	R\$ 40,00	0,33333333	R\$ 13,33
2	CAMISA		4	R\$ 40,00	0,33333333	R\$ 13,33
3	BOTA ANTIDERRAPANTE		2	R\$ 50,00	0,16666667	R\$ 8,33
4	CRACHÁ		1	R\$ 2,00	0,08333333	R\$ 0,17
VALOR MENSAL PROPORCIONAL P/ FUNC.					R\$	35,17

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO	
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS	
PROJETO BÁSICO	
DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
<b>CUSTO INDIRETOS</b>	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1,00%
GARANTIA DE SEGUROS	1,00%
RISCOS	1,00%
<b>TRIBUTOS</b>	
COFINS	3,00%
PIS/PASEP	0,65%
ISSQN	5,00%
CPRB	0,00%
DESPESAS FINANCEIRAS	7,05%
LUCRO	8,00%
<b>TOTAL BDI</b>	<b>30,36%</b>

ANEXO - COMPOSIÇÃO DO BDI

$$BDI = \left[ \frac{(1+(AC+S+R+G))(1+DF)(1+L)-1}{(1-I)} \right] \times 100$$

Em que:

AC é a taxa de rateio da administração central;

S é uma taxa representativa de seguros;

R corresponde aos riscos e imprevistos;

G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em edital;

DF é a taxa representativa das despesas financeiras;

L corresponde à remuneração bruta do construtor;

I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).

**BRUNO  
BREYNER  
MENDES  
SOARES:028613  
53104**

Assinado de forma digital por BRUNO BREYNER MENDES SOARES:02861353104  
Dados: 2024.12.27 15:52:51 -03'00'

## PROPOSTA COMERCIAL

### IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Razão Social da Preponente: BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Endereço (completo):

Insc. Estadual nº: 10.489.015-0

Telefone: (62) 3097-7572

E-mail: [comercial.brilhante@grupomendoncago.com.br](mailto:comercial.brilhante@grupomendoncago.com.br)

Dados do Responsável Legal que assinará o Contrato

RG: 028.613.531-04 - CPF: 028.613.531-04

Dados Bancários da Preponente

AGÊNCIA: 3421-5

CNPJ/MF nº: 12.441.717/0001-58

Insc. Municipal nº: 1004672

Nome: Bruno Breyner Mendes Soares

Cargo/Função: Sócio administrador

BANCO: Banco do Brasil 001

CONTA CORRENTE Nº: 42.358-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO - GO						
SERVIÇOS 2024						
PROJETO BÁSICO						
RESUMO DE VALORES ITEM 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	QNTD.	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	ASSIS. ADM	QNTD. FUNC.	200,00	R\$ 3.629,66	R\$ 725.931,52	R\$ 8.711.178,22
VALOR MENSAL					R\$	725.931,52
VALOR TOTAL 12 MESES					R\$	8.711.178,22

O valor total para execução dos serviços descritos é de R\$8.711.178,22 (Oito milhões setecentos e onze mil cento e setenta e oito reais e vinte e dois centavos).

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Pelo presente, a empresa acima qualificada, por meio do signatário, que legalmente a representa, declara e garante que:

**BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**

Avenida Bernardo Sayao Nº 1594 QD. 98 Lt. 277 Vila Nova CEP: 76.300-000 Ceres – GO.

Insc. Municipal nº 1004672 – Telefax (62) 3097-7572

[www.grupomendoncago.com.br](http://www.grupomendoncago.com.br), [fabio.brilhante@grupomendoncago.com.br](mailto:fabio.brilhante@grupomendoncago.com.br)

Declaro expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão.

Declaro expressamente ter pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

Prazo de validade da proposta: 90 dias.

Ceres, 27 de dezembro de 2024.

BRUNO BREYNER  
MENDES  
SOARES:02861353104

Assinado de forma digital por  
BRUNO BREYNER MENDES  
SOARES:02861353104  
Dados: 2024.12.27 15:18:21  
-03'00'

BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS

CNPJ: 12.441.717/0001-58

BRUNO BREYNER MENDES SOARES

CPF: 028.613.531-04

## PROPOSTA COMERCIAL

### IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Razão Social da Preponente: BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Endereço (completo):

Insc. Estadual nº: 10.489.015-0

Telefone: (62) 3097-7572

E-mail: [comercial.brilhante@grupomendoncago.com.br](mailto:comercial.brilhante@grupomendoncago.com.br)

Dados do Responsável Legal que assinará o Contrato

RG: 028.613.531-04 - CPF: 028.613.531-04

Dados Bancários da Preponente

AGÊNCIA: 3421-5

CNPJ/MF nº: 12.441.717/0001-58

Insc. Municipal nº: 1004672

Nome: Bruno Breyner Mendes Soares

Cargo/Função: Sócio administrador

BANCO: Banco do Brasil 001

CONTA CORRENTE Nº: 42.358-0

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO - GO

#### SERVIÇOS 2024

#### PROJETO BÁSICO

#### RESUMO DE VALORES

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	QNTD.	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
2	COPEIRO	QNTD. FUNC.	10,00	R\$ 4.297,99	R\$ 42.979,91	R\$ 515.758,92
VALOR MENSAL					R\$	42.979,91
VALOR TOTAL 12 MESES					R\$	515.758,92

O valor total para execução dos serviços descritos é de R\$515.758,92 (Quinhentos e quinze mil setecentos e cinquenta e oito reais e noventa e dois centavos).

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Pelo presente, a empresa acima qualificada, por meio do signatário, que legalmente a representa, declara e garante que:

### BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Avenida Bernardo Sayao Nº 1594 QD. 98 Lt. 277 Vila Nova CEP: 76.300-000 Ceres – GO.

Insc. Municipal nº 1004672 – Telefax (62) 3097-7572

[www.grupomendoncago.com.br](http://www.grupomendoncago.com.br), [fabio.brilhante@grupomendoncago.com.br](mailto:fabio.brilhante@grupomendoncago.com.br)

Declaro expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão.

Declaro expressamente ter pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

Prazo de validade da proposta: 90 dias.

Ceres, 27 de dezembro de 2024.

BRUNO BREYNER  
MENDES  
SOARES:02861353104

Assinado de forma digital por  
BRUNO BREYNER MENDES  
SOARES:02861353104  
Dados: 2024.12.27 15:32:17  
-03'00'

BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS

CNPJ: 12.441.717/0001-58

BRUNO BREYNER MENDES SOARES

CPF: 028.613.531-04

## PROPOSTA COMERCIAL

### IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Razão Social da Preponente: BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Endereço (completo):

Insc. Estadual nº: 10.489.015-0

Telefone: (62) 3097-7572

E-mail: [comercial.brilhante@grupomendoncago.com.br](mailto:comercial.brilhante@grupomendoncago.com.br)

Dados do Responsável Legal que assinará o Contrato

RG: 028.613.531-04 - CPF: 028.613.531-04

Dados Bancários da Preponente

AGÊNCIA: 3421-5

CNPJ/MF nº: 12.441.717/0001-58

Insc. Municipal nº: 1004672

Nome: Bruno Breyner Mendes Soares

Cargo/Função: Sócio administrador

BANCO: Banco do Brasil 001

CONTA CORRENTE Nº: 42.358-0

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO - GO

#### SERVIÇOS 2024

#### PROJETO BÁSICO

#### RESUMO DE VALORES ITEM 03

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	QNTD.	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
3	MOTORISTA CAT B	QNTD. FUNC.	50,00	R\$ 3.669,09	R\$ 183.454,28	R\$ 2.201.451,40
VALOR MENSAL					R\$	183.454,28
VALOR TOTAL 12 MESES					R\$	2.201.451,40

O valor total para execução dos serviços descritos é de R\$2.201.451,40 (Dois milhões duzentos e um mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos).

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Pelo presente, a empresa acima qualificada, por meio do signatário, que legalmente a representa, declara e garante que:

### BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Avenida Bernardo Sayao Nº 1594 QD. 98 Lt. 277 Vila Nova CEP: 76.300-000 Ceres – GO.

Insc. Municipal nº 1004672 – Telefax (62) 3097-7572

[www.grupomendoncago.com.br](http://www.grupomendoncago.com.br), [fabio.brilhante@grupomendoncago.com.br](mailto:fabio.brilhante@grupomendoncago.com.br)

Declaro expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão.

Declaro expressamente ter pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

Prazo de validade da proposta: 90 dias.

Ceres, 27 de dezembro de 2024.

BRUNO BREYNER  
MENDES  
SOARES:02861353104

Assinado de forma digital por  
BRUNO BREYNER MENDES  
SOARES:02861353104  
Dados: 2024.12.27 15:37:09  
-03'00'

BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS

CNPJ: 12.441.717/0001-58

BRUNO BREYNER MENDES SOARES

CPF: 028.613.531-04

## PROPOSTA COMERCIAL

### IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Razão Social da Preponente: BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Endereço (completo):

CNPJ/MF nº: 12.441.717/0001-58

Insc. Estadual nº: 10.489.015-0

Insc. Municipal nº: 1004672

Telefone: (62) 3097-7572

E-mail: [comercial.brilhante@grupomendoncago.com.br](mailto:comercial.brilhante@grupomendoncago.com.br)

Dados do Responsável Legal que assinará o Contrato

Nome: Bruno Breyner Mendes Soares

RG: 028.613.531-04 - CPF: 028.613.531-04

Cargo/Função: Sócio administrador

Dados Bancários da Preponente

BANCO: Banco do Brasil 001

AGÊNCIA: 3421-5

CONTA CORRENTE Nº: 42.358-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO - GO						
SERVIÇOS 2024						
PROJETO BÁSICO						
RESUMO DE VALORES						
ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	QNTD.	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
4	RECEPCIONISTA	QNTD. FUNC.	100,00	R\$ 3.539,96	R\$ 353.996,20	R\$ 4.247.954,41
VALOR MENSAL					R\$	353.996,20
VALOR TOTAL 12 MESES					R\$	4.247.954,41

O valor total para execução dos serviços descritos é de R\$4.247.954,41 (Quatro milhões duzentos e quarenta e sete mil novecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos).

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Pelo presente, a empresa acima qualificada, por meio do signatário, que legalmente a representa, declara e garante que:

**BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**

Avenida Bernardo Sayao Nº 1594 QD. 98 Lt. 277 Vila Nova CEP: 76.300-000 Ceres – GO.

Insc. Municipal nº 1004672 – Telefax (62) 3097-7572

[www.grupomendoncago.com.br](http://www.grupomendoncago.com.br), [fabio.brilhante@grupomendoncago.com.br](mailto:fabio.brilhante@grupomendoncago.com.br)

Declaro expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão.

Declaro expressamente ter pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

Prazo de validade da proposta: 90 dias.

Ceres, 27 de dezembro de 2024.

BRUNO BREYNER  
MENDES  
SOARES:02861353104

Assinado de forma digital por  
BRUNO BREYNER MENDES  
SOARES:02861353104  
Dados: 2024.12.27 15:43:59  
-03'00'

BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS

CNPJ: 12.441.717/0001-58

BRUNO BREYNER MENDES SOARES

CPF: 028.613.531-04

## PROPOSTA COMERCIAL

### IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Razão Social da Preponente: BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Endereço (completo):

Insc. Estadual nº: 10.489.015-0

Telefone: (62) 3097-7572

E-mail: [comercial.brilhante@grupomendoncago.com.br](mailto:comercial.brilhante@grupomendoncago.com.br)

Dados do Responsável Legal que assinará o Contrato

RG: 028.613.531-04 - CPF: 028.613.531-04

Dados Bancários da Preponente

AGÊNCIA: 3421-5

CNPJ/MF nº: 12.441.717/0001-58

Insc. Municipal nº: 1004672

Nome: Bruno Breyner Mendes Soares

Cargo/Função: Sócio administrador

BANCO: Banco do Brasil 001

CONTA CORRENTE Nº: 42.358-0

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO - GO

#### SERVIÇOS 2024

#### PROJETO BÁSICO

#### RESUMO DE VALORES

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	QNTD.	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
5	ASG	QNTD. FUNC.	200,00	R\$ 5.443,59	R\$ 1.088.718,10	R\$ 13.064.617,19
VALOR MENSAL					R\$	1.088.718,10
VALOR TOTAL 12 MESES					R\$	13.064.617,19

O valor total para execução dos serviços descritos é de R\$13.064.617,19 (Treze milhões sessenta e quatro mil seiscentos e dezessete reais e dezenove centavos).

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Pelo presente, a empresa acima qualificada, por meio do signatário, que legalmente a representa, declara e garante que:

### BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Avenida Bernardo Sayao Nº 1594 QD. 98 Lt. 277 Vila Nova CEP: 76.300-000 Ceres – GO.

Insc. Municipal nº 1004672 – Telefax (62) 3097-7572

[www.grupomendoncago.com.br](http://www.grupomendoncago.com.br), [fabio.brilhante@grupomendoncago.com.br](mailto:fabio.brilhante@grupomendoncago.com.br)

Declaro expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão.

Declaro expressamente ter pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

Prazo de validade da proposta: 90 dias.

Ceres, 27 de dezembro de 2024.

BRUNO BREYNER  
MENDES  
SOARES:0286135310  
4

Assinado de forma digital por  
BRUNO BREYNER MENDES  
SOARES:02861353104  
Dados: 2024.12.27 15:48:01  
-03'00'

BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS

CNPJ: 12.441.717/0001-58

BRUNO BREYNER MENDES SOARES

CPF: 028.613.531-04

## PROPOSTA COMERCIAL

### IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Razão Social da Preponente: BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Endereço (completo):

Insc. Estadual nº: 10.489.015-0

Telefone: (62) 3097-7572

E-mail: [comercial.brilhante@grupomendoncago.com.br](mailto:comercial.brilhante@grupomendoncago.com.br)

Dados do Responsável Legal que assinará o Contrato

RG: 028.613.531-04 - CPF: 028.613.531-04

Dados Bancários da Preponente

AGÊNCIA: 3421-5

CNPJ/MF nº: 12.441.717/0001-58

Insc. Municipal nº: 1004672

Nome: Bruno Breyner Mendes Soares

Cargo/Função: Sócio administrador

BANCO: Banco do Brasil 001

CONTA CORRENTE Nº: 42.358-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO - GO						
SERVIÇOS 2024						
PROJETO BÁSICO						
RESUMO DE VALORES						
ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	QNTD.	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
6	TÉC. EM SEG. DO TRABALHO	QNTD. FUNC.	6,00	R\$ 8.121,84	R\$ 48.731,04	R\$ 584.772,47
VALOR MENSAL					R\$	48.731,04
VALOR TOTAL 12 MESES					R\$	584.772,47

O valor total para execução dos serviços descritos é de R\$584.772,47 (Quinhentos e oitenta e quatro mil setecentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos).

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Pelo presente, a empresa acima qualificada, por meio do signatário, que legalmente a representa, declara e garante que:

**BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**

Avenida Bernardo Sayao Nº 1594 QD. 98 Lt. 277 Vila Nova CEP: 76.300-000 Ceres – GO.

Insc. Municipal nº 1004672 – Telefax (62) 3097-7572

[www.grupomendoncago.com.br](http://www.grupomendoncago.com.br), [fabio.brilhante@grupomendoncago.com.br](mailto:fabio.brilhante@grupomendoncago.com.br)

Declaro expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão.

Declaro expressamente ter pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

Prazo de validade da proposta: 90 dias.

Ceres, 27 de dezembro de 2024.

BRUNO BREYNER  
MENDES  
SOARES:02861353104

Assinado de forma digital por  
BRUNO BREYNER MENDES  
SOARES:02861353104  
Dados: 2024.12.27 15:51:59  
-03'00'

BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS

CNPJ: 12.441.717/0001-58

BRUNO BREYNER MENDES SOARES

CPF: 028.613.531-04

**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 21/03/2024  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR008863/2024  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 19980.220961/2024-56  
**DATA DO PROTOCOLO:** 28/02/2024

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2026 NÚMERO DE

**REGISTRO NO MTE:** SRT00100/2024

**Confira a autenticidade no endereço [xxx0.xxx.xxx.xx/xxxxxxxx/xxxxxxxx/](http://xxx0.xxx.xxx.xx/xxxxxxxx/xxxxxxxx/).**

XXXX.XXX.XX COMPRA, VENDA, LOC.E ADM.IMOV.E DOS COND.HORIZ., VERT. E DE EDIF.RESID.E XXX.XX ESTADO DE GOIAS, CNPJ n. 02.581.395/0001-99, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). XXXXXXX XXXXXX XX XXXXX;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS E C V L A I R C EST DE GOIAS, CNPJ n. 25.103.987/0001-09, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). XXXXXXX XXXX XXXXXXX XXXXXX;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fevereiro de 2024 a 31 de janeiro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de fevereiro.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis, das Loteadoras das Colonizadoras, das Urbanizadoras, dos Condomínios de Edifícios Residenciais e Comerciais, Verticais e Horizontais, Flats, Shopping Centers, Galerias e Centros Comerciais**, com abrangência territorial em **Abadiânia/GO, Adelândia/GO, Água Limpa/GO, Alexânia/GO, Aloândia/GO, Alto Horizonte/GO, Alvorada do Norte/GO, Americano do Brasil/GO, Amorinópolis/GO, Ananguera/GO, Anicuns/GO, Aparecida de Goiânia/GO, Araçu/GO, Aragarças/GO, Aragoiânia/GO, Araguapaz/GO, Arenópolis/GO, Aruanã/GO, Aurilândia/GO, Avelinópolis/GO, Baliza/GO, Barro Alto/GO, Bela Vista de Goiás/GO, Bom Jardim de Goiás/GO, Bom Jesus de Goiás/GO, Bonfinópolis/GO, Brazabrantes/GO, Britânia/GO, Buriti Alegre/GO, Buriti de Goiás/GO, Buritinópolis/GO, Cabeceiras/GO, Cachoeira de Goiás/GO, Cachoeira Dourada/GO, Caiapônia/GO, Campestre de Goiás/GO, Campinaçu/GO, Campinorte/GO, Campo Alegre de Goiás/GO, Campos Belos/GO, Campos Verdes/GO, Carmo do Rio Verde/GO, Catalão/GO, Caturai/GO, Cavalcante/GO, Ceres/GO, Cezarina/GO, Colinas do Sul/GO, Córrego do Ouro/GO, Corumbá de Goiás/GO, Corumbaíba/GO, Cristianópolis/GO, Crixás/GO, Cumari/GO, Damianópolis/GO, Damolândia/GO, Davinópolis/GO, Diorama/GO, Divinópolis de Goiás/GO, Doverlândia/GO, Edealina/GO, Edéia/GO, Estrela do Norte/GO, Faina/GO, Fazenda Nova/GO, Firminópolis/GO, Flores de Goiás/GO, Formoso/GO, Goianópolis/GO, Goiandira/GO, Goianésia/GO, Goianira/GO, Goiás/GO, Goiatuba/GO, Gouvelândia/GO, Guapó/GO, Guaraita/GO, Guarani de Goiás/GO, Guarinos/GO, Heitorai/GO, Hidrolândia/GO, Hidrolina/GO, Iaciara/GO, Inaciolândia/GO, Indiara/GO, Inhumas/GO, Ipameri/GO, Iporá/GO, Israelândia/GO, Itaberaí/GO, Itaguari/GO, Itaguaru/GO, Itapaci/GO, Itapirapuã/GO, Itapuranga/GO, Itauçu/GO, Itumbiara/GO, Ivolândia/GO, Jandaia/GO, Jaraguá/GO, Jaupaci/GO, Jesúpolis/GO, Joviânia/GO, Jussara/GO, Xxxxxxxx xx Xxxxxxx/GO, Mairipotaba/GO, Mambai/GO, Mara Rosa/GO, Marzagão/GO, Matrinchã/GO, Maurilândia/GO, Minaçu/GO, Moiporá/GO, Monte Alegre de Goiás/GO, Montes Claros de Goiás/GO, Montividiu do Norte/GO, Morrinhos/GO, Morro Agudo de Goiás/GO, Mossâmedes/GO, Mozarlândia/GO, Mundo Novo/GO, Mutunópolis/GO, Nazário/GO, Nerópolis/GO, Niquelândia/GO, Nova América/GO, Nova Aurora/GO, Nova Crixás/GO, Nova Iguaçu de Goiás/GO, Nova Roma/GO, Nova Veneza/GO, Novo Brasil/GO, Novo Planalto/GO, Orizona/GO, Ouro Verde de Goiás/GO, Ouvidor/GO, Padre Bernardo/GO, Palestina de Goiás/GO, Palmeiras de Goiás/GO, Palmelo/GO, Palminópolis/GO, Panamá/GO, Paraúna/GO, Petrolina de Goiás/GO, Pilar de Goiás/GO, Piracanjuba/GO, Piranhas/GO, Pirenópolis/GO, Pires do Rio/GO, Pontalina/GO, Porangatu/GO, Posse/GO,**

**Professor Xxxxx/GO, Rialma/GO, Rianópolis/GO, Rubiataba/GO, Sanclerlândia/GO, Santa Bárbara de Goiás/GO, Santa Cruz de Goiás/GO, Santa Fé de Goiás/GO, Santa Isabel/GO, Santa Rosa de Goiás/GO, Santa Tereza de Goiás/GO, Santa Terezinha de Goiás/GO, Santo Antônio de Goiás/GO, São Domingos/GO, São Francisco de Goiás/GO, São João da Paraúna/GO, São Luís de Montes Belos/GO, São Luiz do Norte/GO, São Miguel do Araguaia/GO, São Miguel do Passa Quatro/GO, Senador Canedo/GO, Silvânia/GO, Simolândia/GO, Sítio d'Abadia/GO, Taquaral de Goiás/GO, Teresina de Goiás/GO, Terezópolis de Goiás/GO, Três Ranchos/GO, Trindade/GO, Trombas/GO, Turvânia/GO, Uirapuru/GO, Uruaçu/GO, Uruana/GO, Urutaí/GO, Varjão/GO e Vicentinópolis/GO.**

## **SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL**

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PISOS SALARIAIS**

Para as funções ora clausuladas, ficam garantidos os pisos salariais nos condomínios residenciais e comerciais na tabela abaixo discriminada, não podendo nenhum empregado ser admitido ou continuar trabalhando no exercício da função percebendo salário inferior ao piso inicial abaixo mencionado.

<b>Níveis</b>	<b>C.B.O</b>	<b>Descrição</b>	<b>Piso Salarial</b>
<b>1ª Faixa</b>	5142-10	Faxineiro/ Jardineiro/ Serviços Gerais	R\$ 1.470,00
<b>2ª Faixa</b>	5174-10	Porteiro (Diurno e Noturno)	R\$ 1.500,00
	4110-05	Auxiliar de Escritório	R\$ 1.500,00
	5141-10	Garagista (Diurno e Noturno)	R\$ 1.500,00
	5141-05	Ascensorista	R\$ 1.500,00
	4221-05	Recepcionista	R\$ 1.500,00
<b>3ª Faixa</b>	5141-20	Zelador	R\$ 1.750,00

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os reajustes salariais decorrentes desta Convenção Coletiva de Trabalho não poderão, em caso algum, ser motivo para redução dos salários que vinham sendo pagos aos empregados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Nenhuma outra função poderá receber menos que o piso de faxineiro(a).

## **REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**

### **CLÁUSULA QUARTA - REPOSIÇÃO SALARIAL**

Comprometem-se os empregadores a reajustar os salários em 1º de fevereiro de 2024, pelo percentual de **5,5% (cinco vírgula cinco por cento)** sobre os salários vigentes e registrados em carteira em 1º de fevereiro de 2023.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os empregados admitidos após fevereiro de 2023 terão reajustes proporcionais ao número de meses trabalhados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os reajustes concedidos espontaneamente pelos empregadores poderão ser compensados até os percentuais previsto pela presente convenção.

## **DESCONTOS SALARIAIS**

### **CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL**

Será descontado a título de CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL, no mês de **Março/2024 e Julho/2024, de todos os empregados em edifício de condomínios residenciais, comerciais e similares, sindicalizados ou não**, a importância de **R\$ 25,00 (vinte e cinco reais)**, devendo os respectivos valores serem repassados em boleto bancário ou na Tesouraria do **Sindicato dos Empregados em Empresas de Compra, Venda,**

**Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais no Estado de Goiás - S.E.I.**, até o dia **05/04/2024 e 05/08/2024**, conforme inciso IV do art. 8º da CF/88, a fim de satisfazer os incisos XXVI do art. 7º, e III e VI do art. 8º da CF/88, e tema 935 do Supremo Tribunal Federal, **ficando garantido aos empregados o direito de oposição.**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A oposição deverá ser exercida **pessoalmente pelo empregado** na sede do S.E.I., situado na XXXXXXXX XXXXXXXX, XX 0.000, XXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXX 0000, XXXX 000, XXXXX XXXXX XXXXXXXX Goiânia - GO, 74.823-020, até a data máxima de **01/04/2024 à 15/04/2024 na primeira parcela e de 01/08/2024 à 15/08/2024 na segunda parcela**, de segunda a sexta-feira, das 14:00h às 17:00h, por ordem de chegada, no prazo fixado no *caput*, mediante requerimento formal redigido a próprio punho pelo empregado, documento pessoal e guia de recolhimento paga.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os descontos enumerados nesta Cláusula deverão ser recolhidos a favor do Sindicato dos Empregados em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais no Estado de Goiás - S.E.I, em guia própria enviada pelo S.E.I. As guias especiais para recolhimento dos mencionados descontos serão fornecidas gratuitamente pelo Sindicato Profissional mediante requerimento dos condomínios.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O não atendimento de referida cláusula pelos condomínios representados, ou, a intervenção indevida dos empregadores e seus prepostos constitui prática antissindical, passível de punições administrativas e criminais previstas em lei, sem prejuízo da cobrança judicial ou administrativa dos valores devidos, com acréscimo de multa de 20%, correção monetária pelo INPC, juros de 1% (um por cento) ao mês *pro rata die*, e honorários advocatícios.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA SEXTA - DOS COMPROVANTES DE PAGAMENTO**

Os empregadores fornecerão aos seus empregados, no final de cada mês, comprovantes de pagamentos discriminados de salários, adicionais, horas extras, gratificações, descanso semanal remunerado, descontos sofridos, etc.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS HORAS EXTRAS**

Os empregadores pagarão a seus empregados que não cumprem regime de jornada de revezamento de 12 horas por 36 horas (12x36h) um adicional de 50% (cinquenta por cento), para as 02 (duas) primeiras horas extras diárias e de 100% (cem por cento) ao que exceder de 02 (duas) horas extras diárias.

## **ADICIONAL NOTURNO**

### **CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL NOTURNO**

O trabalho noturno será pago com o adicional de 20% (vinte por cento) a incidir sobre o salário base pago integral ou proporcional às horas noturnas trabalhadas, ainda que em escala revezamento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O trabalho noturno será considerado como aquele prestado a partir das 22h00min até o término da jornada, conforme prescrito na CLT.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A hora do trabalho noturno será de 52 minutos e 30 segundos, qualquer que seja a função estabelecida ou adotada na presente Convenção Coletiva de Trabalho.

## **AUXÍLIO HABITAÇÃO**

### **CLÁUSULA NONA - DA MORADIA**

Havendo no condomínio moradia destinada ao zelador, esta poderá ser concedida gratuitamente sem que venha a compor o salário in natura. Extinguindo-se o contrato de trabalho com o condomínio, fica automaticamente extinto o direito à moradia pactuada nesta cláusula, devendo o ex-funcionário desocupá-la em 30 dias, após sua desvinculação contratual de trabalho.

## **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - FORNECIMENTO DE VALE CESTA**

Fica assegurado a todos os empregados, independentemente da função exercida, o benefício de vale cesta, no valor mínimo de **R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**. O fornecimento desse benefício em valor superior ao aqui estipulado, por liberalidade do empregador, não retira o caráter indenizatório da verba, e deverá obedecer a todas as regras aqui estipuladas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O vale-cesta funcionará da seguinte forma:

I - preferencialmente, através de fornecimento ao funcionário pelo empregador de cartão magnético de vale compra, por empresa escolhida de acordo com a conveniência administrativa do empregador, garantido o valor líquido indicado na presente cláusula;

II - caso não seja fornecido o cartão magnético, o empregado poderá se dirigir a um estabelecimento comercial (supermercado, mercado ou mercearia), indicado pelo condomínio, e escolherá os gêneros alimentícios de sua preferência, até ser alcançado o importe do crédito do empregado no mês, crédito este não cumulativo que poderá ser pago diretamente pelo empregador da melhor forma que lhe convier junto ao estabelecimento comercial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Por qualquer meio que for concedido o benefício, só serão abrangidos os gêneros alimentícios, materiais de higiene pessoal e limpeza.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O vale-cesta mencionado no item anterior não tem caráter cumulativo, sendo obrigatória a sua entrega pelo empregador ao empregado até o 5º dia útil de cada mês subsequente ao mês trabalhado e somente podendo ser utilizado pelo empregado até o último dia do mês do benefício, ou 25 (vinte e cinco) dias após o recebimento do vale cesta.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Na hipótese do inc.II do Parágrafo Primeiro, obriga-se o empregado a apresentar ao empregador à respectiva nota fiscal de compra dos gêneros alimentícios até o 20º dia, após o recebimento do vale cesta.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Para os empregados que já recebem benefício de vale-cesta em valor superior ao valor mínimo previsto na presente CCT, fica garantida a correção de **5,5% (cinco vírgula cinco por cento)** sobre os valores aplicados no mês de fevereiro/2023, podendo o condomínio realizar a compensação de eventuais antecipações de reajuste aplicadas ao longo de 2024.

## **AUXÍLIO TRANSPORTE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS VALES TRANSPORTES**

Ficam assegurados a todos os empregados os vales-transportes, com valores atualizados em número suficiente para o deslocamento casa-trabalho e vice-versa, que poderá ser entregue, diariamente, semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente, a critério do empregador, mediante requerimento do empregado. O fornecimento de tal benefício será feito em obediência ao artigo 2º, alínea a, da Lei n.º 7.418/85, regulamentada pelo Decreto n.º 95.247/87 e à Legislação Previdenciária.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Fica assegurado aos empregados da categoria sindicalizados ao S.E.I. que estejam com as mensalidades em dia, que o desconto do vale-transporte ocorrerá na proporção de 3% sobre o salário base. Para tanto o S.E.I. disponibilizará aos empregadores/contabilidades, até o dia 15 de CADA MÊS A RELAÇÃO DOS EMPREGADOS SINDICALIZADOS QUE ESTÃO EM DIA COM AS MENSALIDADES. As informações estarão disponíveis via e-mail XXXXX@XXXXX.xxx bastando que seja solicitada a listagem dos empregados vinculados ao condomínio, devidamente identificado através do CNPJ, que estão aptos a receber este benefício.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O empregado poderá ainda solicitar ao empregador o referido benefício, mediante documento emitido pelo S.E.I. que irá declarar a condição de associado do empregado, devendo o mesmo ser entregue ao síndico para implementação do benefício, o qual deverá respeitar as condições previstas no parágrafo primeiro para manutenção do benefício mês a mês.

## **AUXÍLIO SAÚDE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO SECOVIMED-GOÍÁS**

Para os funcionários de Condomínios estabelecidos na cidade de **Aparecida de Goiânia, Abadia de Goiás/GO, Aragoiânia/GO, Bela Vista de Goiás/GO, Bonfinópolis/GO, Brazabrantes/GO, Caldazinha/GO, Caturai/GO, Goianápolis/GO, Goianira/GO, Guapó/GO, Hidrolândia/GO, Inhumas/GO, Nerópolis/GO, Nova Veneza/GO, Santo Antônio de Goiás/GO, Senador Canedo/GO, Terezópolis de Goiás/GO e Trindade/GO**, fica instituído o Serviço Social da Habitação do ESTADO DE GOIÁS - SECOVIMED-GOÍÁS, sociedade civil sem fins lucrativos, que objetiva a prestação de Serviços Assistenciais de Caráter Social, nas áreas de Saúde, Educação e Capacitação profissional aos integrantes das categorias laborais e patronais a que se refere às EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS, VERTICAIS E DE EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS NO ESTADO DE GOIÁS.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Caberá ao SECOVIMED-GOIÁS, através de sua Diretoria devidamente constituída conforme Estatuto, definir as áreas de atuação prioritárias da entidade, bem como as normas e condições gerais para expansão do atendimento, de conformidade com os recursos disponíveis, promovendo alternativas para melhoria do padrão de vida, da qualificação e da saúde dos empregados e empregadores dos setores sob sujeição desta Convenção.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Com o fim de possibilitar que o SECOVIMED possa realizar a manutenção dos serviços de Assistência Social em saúde e odontologia aos respectivos empregados abrangidos pela presente convenção, foram fixados os seguintes valores:

a) condomínios NÃO ASSOCIADOS ao SECOVIGOIAS, estão obrigadas a recolher, mensalmente, a contribuição de **R\$ 130,06 (cento e trinta reais vírgula zero seis centavos)** por empregado; e,

b) condomínios ASSOCIADOS ao SECOVIGOIAS, DEVIDAMENTE ADIMPLENTES COM SUAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, recolherão o valor mensal de **R\$ 69,95 (sessenta e nove reais vírgula noventa e cinco centavos)** de contribuição por funcionário.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Para custeio do benefício SECOVIMED, ou outro(s) benefício qualitativamente superior(es), como plano de saúde e odontológico, **fica o condomínio autorizado a realizar o desconto na folha de pagamento individual do empregado do percentual de 8% (oito por cento) sobre o custo efetivo do benefício fornecido ao empregado.**

**PARÁGRAFO QUARTO** - Em decorrência desta contribuição ficam garantidos aos empregados do condomínio, associação ou empresa, no mínimo, consultas médicas ambulatoriais, tratamento odontológico e exames laboratoriais previstos em tabela

periodicamente divulgada pelo SECOVIMED. Não é permitida nenhuma exclusão, separação, divisão ou distinção entre empregados de qualquer gênero ou função.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Para efeito de cálculo, as empresas, condomínios e associações deverão considerar o número máximo de funcionários registrados no mês de referência da contribuição. A contribuição deverá ser paga através de boleto bancário com vencimento até o dia 30 (trinta) ou último dia do mês subsequente, em guia própria fornecida pelo SECOVIMED. Após a data de vencimento acima mencionada, em razão de alguma dificuldade, as empresas, condomínios e associações, podem solicitar nova data de vencimento. O recolhimento acima citado refere-se as operações com as empresas, condomínios e associações dos municípios servidos pelos postos de serviços ou credenciados pelo SECOVIMED, já instalados ou que venham a instalar-se na vigência desta Convenção.

**PARÁGRAFO SEXTO** - O SECOVIMED-GOIÁS ou o Sindicato dos Empregados em E C V L A I R C EST DE GOIAS - S.E.I poderão prover ações de fiscalização do cumprimento do disposto nesta cláusula, obrigando-se as empresas, condomínios e associações a fornecer, sempre que solicitado, cópias das Guias de INSS, cópias das Folhas de Pagamento dos Funcionários devidamente assinadas, cópia da relação de funcionários cadastrados para recolhimento de FGTS, cópia da RAIS, GFIP, ou qualquer outro documento oficial que comprove o vínculo empregatício com o funcionário.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O SECOVIMED estabelecerá as regras internas de atendimento, devendo manter os usuários informados das condições gerais de uso através de Manuais e Regulamentos que devem estar disponíveis sempre que solicitados.

**PARÁGRAFO OITAVO** - É responsabilidade do empregador manter o SECOVIMED informado das alterações no quadro de funcionários da empresa ou condomínio. No ato da admissão de novos empregados, a empresa ou condomínio deverá enviar o empregado ao SECOVIMED munido de Carteira Profissional (CTPS) com as devidas anotações de registro, comprovante de endereço, CPF e RG. A empresa ou condomínio deverá manter cópia da notificação para comparecimento do empregado no SECOVIMED. A empresa ou condomínio poderá optar por enviar cópia da CTPS com anotações de registro, cópia do RG, CPF e comprovante de residência do empregado, desde que protocole a entrega no balcão de atendimento do SECOVIMED. No ato da demissão, a empresa ou condomínio deverá comunicar ao SECOVIMED a rescisão de contrato através de qualquer meio escrito.

**PARÁGRAFO NONO** - A falta de recolhimento na data do vencimento implica em atualização monetária do débito até a data do efetivo pagamento. Sobre o valor devido incidirá multa de 2% (dois por cento). Após 60 (sessenta) dias de atraso, os débitos serão cobrados por um serviço jurídico. Em caso de cobrança judicial, será acrescida ao montante atualizado 20% (vinte por cento) a título de honorários advocatícios. Incorrerá nas mesmas penalidades a empresa ou condomínio que nas ações de fiscalização for constatado recolhimento inferior ao efetivamente devido.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A não inclusão do empregado no benefício, a ausência de informação ao SECOVIMED sobre a movimentação de funcionários (admissão/demissão), ou, o não fornecimento de benefício qualitativa e quantitativamente superior, acarretará em multa correspondente a 5 (cinco) vezes o valor devido a título de mensalidade, por funcionário cuja irregularidade for constatada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Para resguardar os direitos dos empregados, uma empresa ou condomínio somente poderá substituir o SECOVIMED por outro serviço assistencial, ou plano de saúde e odontológico, caso o(s) novo(s) serviço(s) que venha(m) a substituí-lo seja qualitativa e quantitativamente superior ao fornecido pelo SECOVIMED, e, mediante expressa autorização do empregado. Nesse caso a empresa ou condomínio

deverá comprovar a substituição através da apresentação de contrato, comprovação de assistência e coberturas, bem como de recibos de pagamento, no qual deve constar a relação dos nomes dos empregados beneficiados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Em caso de inadimplência por parte do condomínio, com relação ao pagamento da contribuição prevista pela presente cláusula, o empregado que tiver direito ao serviço social não ficará prejudicado em relação aos benefícios, sendo certo que as medidas descritas no parágrafo nono serão tomadas em face do condomínio.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - Caso não seja fornecido ao funcionário o benefício de auxílio saúde, quer através do SECOVIMED quer através de outro serviço qualitativa e quantitativamente superior, na forma do PARÁGRAFO DÉCIMO, fica garantido ao funcionário o direito de indenização correspondente no valor mensal de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por mês que não tenha contado com o benefício.

## **SEGURO DE VIDA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO SEGURO DE VIDA**

Fica garantido para cada empregado do condomínio um seguro de vida em grupo no valor mínimo de **R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)** para as indenizações das coberturas de Morte Natural, Morte Acidental, Invalidez (total ou parcial), Invalidez por Doença Funcional, e de até **R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)** para Garantia (Auxílio) Funeral Familiar, sendo o benefício totalmente custeado pelo empregador, conforme prêmio e condições estipulados pela seguradora.

## **OUTROS AUXÍLIOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA APOSENTADORIA**

Defere-se, ainda, a garantia de emprego a optantes ou não pelo Regime Jurídico do FGTS durante 12 (doze) meses que antecedem à data em que o empregado adquira o direito a aposentadoria, desde que conte pelo menos 02(dois) anos de serviços prestados ao mesmo empregador.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO PARA JORNADA EXTRA**

O empregador se obriga a fornecer pelo menos uma refeição ao funcionário que tenha cumprido, por necessidade do serviço,  
**mais de 2 (duas) horas extras** após a jornada contratual.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Fica expressamente convencionado entre empregado e empregador que o benefício concedido via da presente cláusula é de natureza meramente indenizatória, não integrando, por conseguinte, o salário do empregado para qualquer fim.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO QUINQUÊNIO**

Fica assegurado a todos os empregados inseridos na presente convenção coletiva, o benefício de quinquênio na proporção de 5% (cinco por cento) sobre o salário base, desde que tenha 5 (cinco) anos ou mais de contratação no mesmo condomínio, benefício este não acumulativo e de natureza indenizatória.

## **CONTRATO DE TRABALHO - ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DENOMINAÇÃO FUNCIONAL**

Os empregadores se obrigam a anotar na carteira de trabalho do empregado a função exercida.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS**

Os empregadores se obrigam a devolver em 48 (quarenta e oito) horas os documentos que não necessitarem ficar na secretaria do condomínio.

## **AVISO PRÉVIO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO AVISO PRÉVIO**

Durante o prazo de aviso prévio dado por qualquer das partes, salvo no caso de reversão ao cargo efetivo por exercente de cargo de confiança, ficam vedadas alterações nas condições de trabalho, inclusive transferência

do local de trabalho, sob pena de rescisão imediata do contrato, respondendo o empregador pelo pagamento do restante do aviso prévio não trabalhado.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Dado o aviso prévio quer por iniciativa do empregado quer por iniciativa do empregador, o empregado mediante comprovação de obtenção de novo emprego, ficará este dispensado do cumprimento do restante dos dias, sem ônus para ambas as partes, salvo em relação aos dias trabalhados durante o referido aviso, que serão pagos pelo empregador.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA OBRIGATORIEDADE DE HOMOLOGAÇÃO NA RESCISÃO DE CONTRATO**

Será garantido ao empregado, independente da duração do contrato de trabalho, no ato da comunicação do Xxxxx Xxxxxx, **a livre opção** quanto a submeter sua rescisão à homologação perante o Sindicato dos Empregados E C V L A I R C Est de Goiás - SEI, cabendo ao empregador registrar as opções de escolha no documento de aviso prévio e ao empregado a de indicar a sua opção. O empregador terá o prazo de até 10 (dez) dias para o pagamento das verbas rescisórias.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O pagamento das verbas rescisórias, a homologação do TRCT, bem como a entrega das guias do Seguro Desemprego, e os demais documentos para o saque do FGTS, deverão atender ao prazo legal, sob pena de pagamento pelo empregador da multa estabelecida no § 6º do artigo 477 da CLT, sob pena de multa prevista na Lei 7.855/89, acrescida de 1/30 (um trinta avos) do valor líquido da rescisão, POR DIA DE ATRASO, após o QUINTO dia de vencimento do prazo estabelecido, limitado a 30 (trinta) dias multa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O pagamento das verbas rescisórias poderá ser em dinheiro, cheque visado ou administrativo, e depósito bancário ou ordem de pagamento em nome do empregado, desde que o valor correspondente esteja comprovadamente disponível para saque no ato da homologação. Em se tratando de empregado menor de idade ou analfabeto, o pagamento somente poderá ser realizado em dinheiro.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Fica o Condomínio isento da continuação do pagamento da multa supramencionada, caso o empregado seja o causador do atraso, seja por perda de documentos, viagens, ou outro motivo particular, desde que previamente comunicado ao Sindicato Profissional.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Para a homologação Trabalhista deverá ser entregues os seguintes documentos, conforme IN nº 3/2002.

1. TRCT em 5 (cinco) vias,
2. THRCT em 5 (cinco) vias,
3. CTPS dada baixa e atualizada,
4. Aviso Prévio do empregador, ou do empregado,
5. Extrato Analítico para fins rescisório atualizado,
6. Chave de Conectividade Social para saque do FGTS
7. Guia do Recolhimento Rescisório (Multa do FGTS 40%)
8. Comunicado de Dispensa (CD) e Requerimento do Seguro-desemprego, conforme resolução 742/2015 do CODEFAT,
9. Atestado de Saúde Ocupacional (Demissional),
10. Carta de Preposto quando vier o representante do Síndico.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Na hipótese de faltar qualquer um dos documentos acima citados, não será possível realizar a homologação trabalhista, conforme Instrução Normativa acima.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO - CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE APRENDIZ**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO EMPREGADO MENOR**

Nos termos dos art. 413 item X, da CLT, os menores só poderão ter o seu horário prorrogado mediante compensação na conformidade da Legislação.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO**

Fica assegurado aos empregados em seu local de trabalho condições adequadas para o exercício de sua função, tais como assento que lhe proporcione conforto, equipamentos de segurança e higiene de forma que não

prejudique sua saúde. Portanto o empregador será obrigado a tomar as devidas providências para garantir as condições pela lei e estabelecidas no PPRA NR- 09.

## **JORNADA DE TRABALHO - DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DESCANSO SEMANAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO DESCANSO AOS SÁBADOS**

Os empregadores poderão aumentar em 40 (quarenta) minutos o trabalho do empregado, de segunda a sexta-feira, para compensar no sábado, desde que haja conveniência para ambas as partes.

### **CONTROLE DA JORNADA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA JORNADA LEGAL DE TRABALHO**

Para os empregados que tiverem jornada de trabalho diária de 07 horas e 20 minutos, ou seja, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, o intervalo não poderá ser inferior a 01 (uma) hora e nem superior a 02 (duas) horas

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO QUADRO DE HORÁRIO E ESCALA DE REVEZAMENTO**

É obrigatória a fixação, em lugar visível, do quadro de horário de trabalho e a escala de revezamento do condomínio, de acordo com o art. 74, parágrafo 2º da CLT.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DOS CURSOS E REUNIÕES**

Fica estabelecido que os cursos e reuniões, quando promovidos pelo empregador for de comparecimento obrigatório, deverão ser realizados durante a jornada de trabalho ou, se fora do horário normal, mediante o pagamento de horas extras (Ac. TST / Pleno 1449/82 - RO - DC - 85 / 82; em 31.08.92).

### **FALTAS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO VESTIBULANDO**

O empregado que se submeter a exames vestibulares terá abonada a falta nos dias de exames, desde que comprove formalmente o comparecimento e avise ao empregador com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA CONSULTA DE FILHO**

Fica concedida à empregada ou empregado, no caso de consulta médica de filho com até 14 (quatorze) anos de idade ou inválido, abono da falta de no máximo 01 (um) dia mensal, mediante comprovação por declaração médica.

## **JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DO EMPREGADO ESTUDANTE**

Fica proibida a prorrogação de horas de trabalho dos empregados comprovadamente estudantes, desde que a prorrogação da jornada atinja o horário escolar ou o tempo para se chegar à escola.

### **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO**

Fica instituída a jornada de 06 (seis) horas para os empregados que cumprirem jornadas diárias sem intervalo ou 36 (trinta e seis) horas semanais, qualquer que seja o período laborado ou a função.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA JORNADA DE REVEZAMENTO 12H X 36H**

Caso seja do interesse do empregador e do empregado, poderá ser adotada a jornada de trabalho ininterrupto de 12 (doze) horas por 36 (trinta e seis) horas, não podendo a carga horária mensal ultrapassar a 180 (Cento e oitenta) horas. As horas que ultrapassarem a jornada diária, ou mensal, aqui estipuladas serão devidas como horas extras, com adicional de 100% (Cem por cento) sobre o valor da hora excedente, isso nos casos dos meses de 31 (trinta e um) dias, em que o empregado trabalha por 16 (dezesesseis) dias, sendo vedado o trabalho em sobrejornada, com exceção dos trabalhadores que desenvolvem trabalho noturno e percebem horas extras em razão da hora noturna reduzida.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A indenização do intervalo intrajornada não gozado pelos trabalhadores do regime de revezamento 12x36 horas será realizada da seguinte forma:

I - Com base no artigo 7o, inciso XIII da CF/88, fica facultado aos empregadores manterem o regime de compensação de jornada de horário na seguinte condição: 12x36, ou seja, 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) de descanso, durante até 04 (quatro) dias alternados na semana.

II - O empregado poderá cumprir jornada de 12 (doze) horas de trabalho com folga de 36 (trinta e seis) horas, eis que conforme deliberação unânime dos trabalhadores em assembléia geral esse descanso (36 horas) é suficiente para recompor possível desgaste, e havendo a impossibilidade de gozo do intervalo, o empregado fará jus nos termos do artigo 71, § 4º da CLT a indenização com acréscimo mínimo de 50% sobre a hora normal de trabalho.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DOS FERIADOS**

Serão considerados feriados todos aqueles estabelecidos por decretos federais, estaduais, municipais e religiosos oficiais, além da **terça-feira de carnaval** e finados.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO USO DO UNIFORME**

Os empregadores se obrigam a fornecer a seu critério: 2 (dois) jogos de uniforme gratuitamente aos empregados zeladores e porteiros e 2 (dois) jogos de uniforme aos empregados faxineiros, com reposição obrigatória a cada 12 (doze) meses; caso os mesmos sejam demitidos ou peçam demissão os jogos serão devolvidos nas condições em que se encontrarem.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os empregados terão liberdade de usar seus calçados. Caso os empregadores venham exigir a uniformidade dos calçados, estes serão pagos e supridos pelos empregadores.

## **EXAMES MÉDICOS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DOS ATESTADOS DE SAÚDE**

As despesas com exames médicos periódicos e obrigatórios, previstos pela NR 7 - PCMSO correrão exclusivamente por conta do empregador e poderão ser realizadas através do benefício do SECOVIMED previsto pela presente convenção, para os funcionários que cumpram função na cidade de **Aparecida de Goiânia, Goianira, Hidrolândia, Senador Canedo, Guapó, Trindade, Inhumas, Bela Vista de Goiás e Aragoiânia.**

## **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DOS ATESTADOS MÉDICOS**

Fica assegurada a validade dos atestados médicos e odontológicos, fornecidos pelos profissionais de saúde e/ou do sindicato devidamente habilitados (médicos e/ou odontológicos).

## **RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DO ACESSO AO LOCAL DE TRABALHO**

Os empregadores permitirão que pessoas credenciadas pelo sindicato profissional ingressem em suas instalações de trabalho para recebimento de mensalidades de seus associados ou para associarem aqueles que ainda não o são, desde que não prejudiquem o andamento normal dos serviços.

## **GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DA LIBERAÇÃO DE SINDICALISTAS**

Nenhum empregador poderá impedir o afastamento de seus empregados que forem diretores do sindicato profissional, quando convocados pela referida entidade, a fim de que os mesmos participem de reuniões da diretoria, sem prejuízo da remuneração, desde que apresentem convocação e comunicação prévia com no mínimo de 48(quarenta e oito horas) de seu afastamento.

## **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

A Contribuição Assistencial Patronal será exigida de todos os **associados participantes da categoria patronal**, independentemente do número de empregados, cujo valor foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária do Sindicato, realizada em 21/11/2023, por força do dispositivo Artigo 7º, Inciso XXVI, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 513, letra 'e', da CLT e artigo 613, inciso VII da CLT, sendo seu valor estipulado em R\$ 473,18 (quatrocentos e setenta e três reais e dezoito centavos).

## **DISPOSIÇÕES GERAIS APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DA COMPETÊNCIA**

Os dissídios porventura decorrentes da aplicação desta Convenção Coletiva de Trabalho, serão definidos na Justiça do trabalho.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DO SISTEMA MEDIADOR**

Conforme instrução da Secretaria Regional do Trabalho e Emprego com a inclusão do SISTEMA MEDIADOR pelo MTE da Instrução Normativa n.º 16, de 15 de outubro de 2013, as cidades de **Caldazinha/GO, Valparaíso de Goiás/GO e Novo Gama/GO** não foram incluídas na base do sistema. Desta forma, a cláusula 2ª (segunda) deve conter também as cidades anteriormente citadas, pois são integrantes da base territorial obreira.

## **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES**

As penalidades cominadas em caso de violação de quaisquer dos dispositivos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, que não contenham multa específicas são as previstas na CLT e Legislação Complementar.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE**

As partes se obrigam a promover ampla publicidade dos termos desta Convenção Coletiva de Trabalho.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS EMPREGADOS**

Os empregadores prestarão assistência jurídica aos seus empregados, quando os mesmos, no exercício de suas funções e em defesa dos legítimos interesses e direitos dos empregados, no recinto do condomínio, incidir na prática de ato que os levem a responder ação penal.

}

XXXXXXXX XXXXXX XX XXXXX PRESIDENTE  
XXXX.XXX.XX COMPRA, VENDA, LOC.E ADM.IMOV.E DOS COND.HORIZ., VERT. E DE EDIF.RESID.E XXX.XX  
ESTADO DE GOIAS

XXXXXXXXXX XXXX XXXXXXXXX XXXXXX PRESIDENTE  
SINDICATO DOS EMPREGADOS E C V L A I R C EST DE GOIAS

## **ANEXOS**

### **ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA GERAL CCT'S\_SECOVIGO\_18.01.24**

[Anexo \(PDF\).](#)

### **ANEXO II - EDITAL E ATA DA ASSEMBLEIA OBREIRA\_SEI**

[Anexo \(PDF\).](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço [xxx://xxx.xxx.xxx.xx](http://xxx.xxx.xxx.xx).

25/03/2024 09:32 Mediador - Extrato Convenção Coletiva



# Município de Senador Canedo







## PREGÃO 88/2024 - DILIGÊNCIA



**De** <comercial.brilhante@grupomendoncago.com.br>

**Para** <pregao@senadorcanedo.go.gov.br>

**Data** 27/12/2024 15:58

 PROPOSTA ITEM 01.zip (~1,3 MB)  PROPOSTA ITEM 02.zip (~1,3 MB)  
 PROPOSTA ITEM 03.zip (~1,3 MB)  PROPOSTA ITEM 04.zip (~1,3 MB)  
 PROPOSTA ITEM 05.zip (~1,3 MB)  PROPOSTA ITEM 06.zip (~1,3 MB)

Prezados(as), boa tarde!

Segue em anexo as planilhas readequadas e propostas em papel timbrado de todos os itens, acompanhadas das convenções coletivas e GFIP da empresa;

Brilhante Administração e Serviços LTDA

CNPJ: 12.4441.717/0001-58

Cada arquivo zip contém a planilha em excel, a planilha em pdf, a proposta em papel timbrado devidamente assinada, a convenção coletiva e a GFIP, todos os arquivantes referentes aos seus respectivos itens.

Desde já agradeço, e me coloco à disposição para sanar quaisquer dúvidas que por ventura surgirem da análise destas propostas.

Favor acusar recebimento.

Att,

Bruno Breyner - Diretor

Brilhante Administração e Serviços

CNPJ: 12.441.717/0001-58

(62) 99412-4129